

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-12-2018.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezoito horas e vinte e sete minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Márcio Bins Ely e Reginaldo Pujol. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17 (Processo nº 2165/17), após ser discutido por Cassiá Carpes e Ricardo Gomes. Foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinada por Felipe Camozzato, e 02, assinada por Adeli Sell e Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17, por trinta e dois votos SIM, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Valter Nagelstein, ao Projeto de Resolução nº 030/18 (Processo nº 1306/18), e foi aprovado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 030/18 (Processo nº 1306/18). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 030/18, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Sofia Cavedon, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Foi aprovado o Projeto de Resolução nº 030/18, por dezessete votos SIM, quatro votos NÃO e cinco ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada

por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Rodrigo Maroni, votado Não Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Valter Nagelstein. Foram apregoadas Declarações de Voto de Ricardo Gomes e, conjuntamente, de Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa ao Projeto de Resolução nº 030/18. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Mauro Pinheiro, ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/17 (Processo nº 2047/17). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 017/17 (Processo nº 2047/17), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, André Carús, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Sofia Cavedon, Cassiá Carpes, Dr. Marcelo Rocha, Mauro Pinheiro, Alvoni Medina, José Freitas, Idenir Cecchim, Ricardo Gomes, Professor Wambert, Adeli Sell e Dr. Thiago e encaminhado à votação por Cláudio Janta e Roberto Robaina. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, deferido pela Presidenta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/17. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/17, por quinze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por vários vereadores, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Marcelo Rocha, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert e Rodrigo Maroni. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/17, por vinte e dois votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 017/17, por vinte votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni,

Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram apregoados os Ofícios s/nº e nº 1158/18, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação, respectivamente, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/18 e do Projeto de Lei do Executivo nº 034/15 (Processos nºs 0726/18 e 2347/15, respectivamente). Foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 097/17 (Processo nº 0931/17). Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18 (Processo nº 0885/18), foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pela Presidenta, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 (Processo nº 1038/18): nº 16, assinada por Felipe Camozzato; nº 17, assinada por Mendes Ribeiro; e nº 18, assinada por Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa. Foram aprovados os seguintes Requerimentos, solicitando que emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes: de autoria de Felipe Camozzato, para a Emenda nº 16; de autoria de Mendes Ribeiro, para a Emenda nº 17; e de autoria de Sofia Cavedon, para a Emenda nº 18. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pela Presidenta, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18: de autoria de Felipe Camozzato, para a Emenda nº 16; de autoria de Mendes Ribeiro, para a Emenda nº 17; e de autoria de Sofia Cavedon, para a Emenda nº 18. Foram apregoados os Ofícios nºs 1159 e 1160/18, do Prefeito, encaminhando Veto Total, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 129 e 047/17 (Processos nºs 1116 e 0582/17, respectivamente). Em Discussão Geral, 1ª Sessão, esteve o Projeto de Resolução nº 014/18 (Processo nº 0708/18). Às vinte horas e cinquenta e um minutos, a Presidenta declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon e Dr. Thiago. Durante a Sessão, Dr. Thiago e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às vinte e uma horas e quarenta e nove minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos e a Segunda Sessão Legislativa Ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB) – às 18h27min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2165/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 240/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que obriga as empresas, as instituições e as organizações, públicas, privadas ou não governamentais, que celebrarem contrato, convênio ou quaisquer instrumentos de vínculo formal com o Município de Porto Alegre para prestação de serviços ou fornecimento de produtos a apresentar o seu Código de Ética e Conduta.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela rejeição do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-08-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em discussão o PLL nº 240/17. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente, Ver. Valter Nagelstein; quero aqui dar a minha opinião. Neste momento que nós vivemos no Brasil, o Brasil da corrupção, do conluio, do conchavo, nada melhor, Ver. Adeli, um projeto simples, com a natureza de qualificar aqueles que fazem algum tipo de contrato com a Prefeitura, que não seja nada por baixo das tratativas suspeitas e que seja aberto. Mas aqui na questão da Prefeitura, de uma avaliação que dá para nós ali no plenário, porque entende que somos da base do governo, nós olhamos o “não”, o “sim”, às vezes, acatamos um, não acatamos outro. Misturaram aqui o projeto dos canudos, na análise, mas vou ficar com o último termo aqui que diz: “Como é hoje e como ficará”. O “como é hoje” não deu certo, porque é dos canudos, é do outro projeto. Mas, aqui, como ficará se for aprovado, dizendo que trará dificuldades ao Município em conseguir contratar, especialmente, Ver. Adeli, aquelas pequenas aquisições e serviços, e os microempreendedores terão mais exigências a cumprir para conseguir atuar frente ao poder público municipal. Isso aqui é uma confirmação de que pode tudo, às vezes. Se uma empresa não tem condições, ela não pode vender nada, não pode fazer nada, ela está fora do mercado, ela não é legal. Se ela não puder corresponder à expectativa de um Executivo, de uma Prefeitura, que quer fazer as coisas corretas, certas, tem que ter exigência. Então, o projeto do Ver. Adeli é simples, mas ele busca uma coisa que nós precisamos tanto neste País: ética, correção, moral.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassiá, o Ver. Camozzato fará uma emenda dando um tempo maior. Quanto à questão das microempresas e pequenas empresas, até acho que podíamos resolver isso com uma emenda, mas, como eu coloquei antes, um Código de Ética e de Postura, isso não quer dizer que tem que ser algo hiper, mega, superelaborado. Uma simples declaração em que a pessoa segue essas condutas. Eu posso, inclusive, propor isso para que, quando for feita a regulamentação com a Prefeitura, tratar dessa questão.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Adeli. Acho que aí está correto, todos têm direito a fazer contrato com a Prefeitura, mas tem que ser através da legalidade. O que não fica claro, fica suspeito. Consequentemente, eu entendo que a lei do Ver. Adeli é boa, deve haver uma compreensão, deve haver essa correção com essa emenda, mas nós não podemos abrir mão da questão ética, da questão moral, da questão de um contrato bem feito e fiscalizado. Nós não podemos deixar nessa corrupção brasileira nenhum tipo de brecha para alguém se aproveitar do Executivo ou do Legislativo. A sociedade exige que seja um contrato bem feito e que tenha transparência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 240/17.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 240/17.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Senhoras e senhores, vou ser franco, estou fazendo uso do tempo para permitir que se pense numa emenda para sanar esse pequeno incômodo que o projeto pode causar, se aprovado. Já tinha me dirigido ao Ver. Adeli que é sensível ao tema. Ocorre que a Prefeitura tem instrumentos jurídicos firmados, às vezes, autorizações, permissões com empresas que são pessoas jurídicas, mas que, na verdade, são pessoas físicas. Eu me refiro, para dar um exemplo, aos artesãos da feira da Redenção, das nossas feiras da Cidade que, às vezes, estão organizadas como Microempreendedor Individual – Mei, e que precisariam, a partir de uma aplicação, vou dizer, chapada...

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Acabo de protocolar uma emenda, por sugestão de V. Exa., para as Meis – Microempreendedores Individuais – entenda-se uma declaração sobre a sua conduta e sua postura, pura e simplesmente, porque é isso que a gente precisa. A pessoa tem de se comprometer: “Eu vou fazer a coisa certa”. Os outros, os grandes, que poderiam ter... Eu disse a V. Exa e vou repetir que há grandes empresas que fazem um cola e copia, isso é brincadeira. E acho que o Ferronato ou alguém acabou de falar, nós temos de ter uma conduta efetiva de ética e de postura na nossa sociedade.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Vossa Excelência tem razão, parabéns, entendo também que está sanado. É uma preocupação muito bem colocada, pois ajuda a combater a corrupção e as más práticas, preservando a desburocratização para os pequenos e microempresários. Parabéns, Ver. Adeli Sell.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Adeli Sell, ao PLL nº 240/17.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 240/17 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 240/17 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o PLL nº 240/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria desta Presidência, ao PR nº 030/18.

Em votação o Requerimento de autoria desta Presidência, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PR nº 030/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1306/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/18, de autoria da Mesa Diretora, que institui o auxílio-saúde, dispõe os procedimentos para a sua concessão aos agentes públicos ativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 19-12-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em discussão o PR nº 030/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pela Sofia Cavedon, a Emenda nº 01 ao PR nº 030/18. (Pausa.) **APROVADA** por 30 votos **SIM.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, PR nº 030/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**, 04 votos **NÃO** e 05 **ABSTENÇÕES**.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Meus caros colegas, esta é uma Casa política, e eu não vou fazer esta última fala do ano sem falar de um tema político e jurídico, que é a minha área também, de ontem. O Barbosa dizia que a toga não deve ser escudo, a toga deve ser farol. E me surpreende que um ministro da mais alta corte do nosso País, em decisão monocrática daquilo que deveria ser do plenário, resolva, em sede de liminar, dar uma decisão que tem a repercussão geral e que poderia liberar mais de 150 mil presos no nosso País de todos os tipos penais que certamente estão encarcerados e que devem permanecer encarcerados. Queria lembrar isso.

Quero também me dirigir aos servidores da Casa. Agradeço aos servidores da Casa pela parceria que tivemos ao longo deste ano. E quero, na verdade, pedir desculpas aos Srs. Vereadores, ao plenário, porque não deveria ter sido votado na última sessão do ano, mas nós tivemos aqui uma série de atribulações e interrupções na nossa pauta, que acabaram redundando com que nós tivéssemos que votar no último dia. Mas quero agradecer que nós conseguimos votar aqui e dizer da minha surpresa, porque nós tivemos uma pauta de negociação com o Sindicato, e, realmente, parecia que eu já tinha visto tudo, mas não tinha, porque aqueles que defendem a causa, hipoteticamente, dos trabalhadores votaram contra a concessão de um benefício que foi negociado em acordo coletivo de trabalho. Quero dizer que saio muito satisfeito porque me considero um liberal conservador, pois sou a favor do mercado, sou a favor da negociação nas relações, mas vou passar – e me perdoem a pretensão e a arrogância – para a história, porque estamos fazendo, entre outras coisas, um centro de convivências para os servidores aqui, que é algo de mais moderno que eu vi nas mais modernas empresas do mundo. As grandes empresas do Brasil e de fora têm centro de convivência para os seus colaboradores, e nós vamos ter na Câmara. Queira Deus, a Ver.^a Mônica Leal irá encaminhar.

Eu quero me despedir da Presidência, dos Srs. Vereadores, e agradecer. Eu quero agradecer aos meus diretores: ao diretor Omar Ferri Júnior, foi meu diretor-geral; ao diretor Dimitri, que foi diretor financeiro; ao diretor Herald, que foi o diretor de recursos humanos e administrativo; ao Dr. Gil Almeida, que foi o meu chefe de gabinete; à jornalista Lisie Venegas, que foi coordenadora da Comunicação; ao meu gabinete da Presidência. Quero agradecer ao diretor Luiz Afonso, que, mais uma vez, prestou o seu serviço, sendo, na verdade, um fiel, como tem sido aqui na Câmara de Vereadores, nas discussões que, às vezes, se agudizavam. Quero agradecer à Mesa Diretora, em especial à Ver.^a Mônica Leal, que foi grande, parceira e leal. Quero

agradecer ao meu querido Ver. Paulinho, o qual, às vezes, acham ser um homem simples, mas ser um homem simples não quer dizer que ele não seja um homem nobre, e eu já fiz esse reconhecimento e, mais uma vez, quero fazer, dizendo da grandeza e da parceria que tive com o Ver. Paulinho na Mesa Diretora. Agradeço também aos vereadores Cláudio Janta e José Freitas. Nós tivemos um ano inteiro de trabalho, infelizmente, uma discordância num ponto que eu continuo achando que é um direito do Presidente, vou continuar achando, e os vereadores quiseram negar ao Presidente esse direito, é um direito deles também, respeito, mas eu acho que a Mesa, de fato, deveria estar fechada nessas questões.

Mas agradeço, além disso, o fato de nós termos implementado várias mudanças aqui na Casa, entre elas o próprio processo eletrônico, que foi o que permitiu e deu transparência para que questões pequenas e falsas polêmicas, como a viagem da missão oficial do Presidente ao Japão. Exatamente, por termos esse processo eletrônico, a viagem acabou tomando uma dimensão pública, a qual eu desejava. Eu não desejo que nada, numa estrutura republicana, seja feito sem ser publicizado da forma que deve ser. Aos demais vereadores da Mesa: Ver. Mauro Pinheiro, um grande parceiro, que agora ascendeu à função de líder do governo e a quem eu também agradeço. Lá atrás, quando ele era da oposição, do PT, e eu, líder do governo, ele presidiu CPI, um vereador muito aguerrido, até tivemos divergências, mas construímos aqui uma bela relação e foi um grande parceiro também a quem quero agradecer e registrar isso, e a todos os senhores e senhoras, os 35 vereadores.

Quero pedir desculpa aos vereadores, do fundo da minha alma; pedir que me perdoem por algum deslize; pedir que me perdoem por algum excesso; pedir que me perdoem por alguma característica da minha personalidade que em determinados momentos possa desagradar a um ou outro, nenhum de nós é perfeito. Mas quero que levem, para além de tudo isso, a certeza de que este vereador buscou a cada dia, a cada segundo e a cada instante honrar a delegação que recebeu dos seus ilustres colegas. Eu falava com o Ver. Ricardo que me lembro de Cincinato e de George Washington, *humble farmer*, quando falo que volto à planície onde sempre estive, de onde nunca me afastei, sou um par entre os meus pares. Sou um vereador apenas e que circunstancialmente fui Presidente, como foram o Ver. Aírto Ferronato, a Ver.^a Sofia Cavedon e o Ver. Mauro Pinheiro, como foram outros tantos vereadores, e que agora retorno a ocupar uma cadeira no plenário juntos com os meus ilustres colegas.

Quero registrar, rapidamente, por último: neste ano, de 245 anos do Parlamento de Porto Alegre, nós tivemos aqui a designação da orla Moacyr Scliar; a construção do centro de convivência, que a ilustre presidente irá inaugurar no ano que vem; a reforma do restaurante; a doação de 50% da frota de veículos; a economia de mais de R\$ 30 milhões devolvidos ao Executivo, ainda vamos devolver, se Deus quiser, até o final da gestão, mais R\$ 5 milhões; o projeto Câmara na Rua, acompanhado por tantos vereadores, para cobrar as obras que estavam atrasadas. Com isso, fizemos, por exemplo, abrir a alça da Ceará; fizemos realocar os moradores do viaduto Otávio Rocha. Portanto, o Parlamento conseguiu fazer com que o Executivo se mexesse em coisas importantes.

O Ver. Cassio Trogildo iniciou, e eu tive a felicidade de concluir a estação de energia solar aqui da Câmara, que é uma quebra de paradigma, uma conquista histórica. A transmissão das sessões plenárias ao vivo pelas redes sociais também começamos este ano. A utilização do sinal da TVCâmara para reproduzir filmes premiados pela Fundacine e que não encontram espaço na rede convencional, nem na TV a cabo, nem nos nossos cinemas, para estimular a cultura e a arte.

Vacinamos todos os garis de Porto Alegre, utilizando a estrutura da nossa enfermaria, com vacinas de graça para os garis, economizando para os cofres da Câmara de Vereadores R\$ 50 mil com essa ação, porque transformamos a nossa Câmara em ambulatório, vacinamos os nossos servidores, os nossos vereadores, e a contrapartida, que foi grande, foi a de ter vacinado os nossos garis, que prestam um inestimável serviço a nossa Cidade.

Criamos o ciclo de aulas magnas, para compartilhar conhecimento, Ver. Márcio Bins Ely, através da Escola do Legislativo. Trouxemos o professor Voltaire Schilling, trouxemos o historiador Sergius Gonzaga, e só não levei adiante esse projeto, porque era pouquíssima gente para dar importância para algo que eu considero por demais importante. Infelizmente, cancelei o projeto, porque eu não vou contratar professores da mais alta estirpe para não ter um reconhecimento da sociedade e para ter pouquíssima gente no nosso plenário. O ciclo de aulas magnas era para ter durado todo o ano.

Fizemos audiências públicas nos bairros para discutir a insegurança e medidas para a segurança pública.

Com 1% do recurso que economizamos e devolvemos ao Executivo, nós fizemos o maior investimento cultural da história deste Legislativo, que foi a nossa *ópera-rock*. Além dela, demos continuidade às programações anteriores, como a Salão de Artes da Câmara Municipal e a Semana de Artes do nosso teatro Glênio Peres. Fizemos a exposição do Dia da Vitória aqui, além de tantas outras exposições que foram feitas durante todo o ano.

Fizemos, em julho, o seminário Um Pacto Brasileiro pela Segurança, trazendo autoridade nacionais e internacionais e promovendo uma alta discussão sobre um flagelo que atinge o nosso País como um todo. Fizemos a internacionalização da Câmara, com a visita à cidade-irmã de Kanazawa, promovendo Porto Alegre e o Legislativo da nossa Cidade além-mar. Fizemos a visita e a missão oficial dos vereadores, juntamente com o prefeito, recentemente, aos Estados Unidos da América, onde trouxemos, entre outras coisas, US\$ 30 milhões para fazer obras de infraestrutura urbana no 4º Distrito e levarmos adiante o Masterplan de revitalização do 4º Distrito, que será a maior obra de reconversão econômica e revitalização urbana da história da Cidade.

Votamos muitas leis aqui, Srs. Vereadores. Quero lembrar que é mérito dos senhores, para além de divergências que podem existir, a Lei Geral dos Táxis, esta Casa votou; a Lei dos Aplicativos, esta Casa votou; a Lei das Antenas, esta Casa votou. Quero, portanto, fazer esses registros.

Quero agradecer a minha bancada, ao Ver. André Carús, ao Ver. Mendes Ribeiro, ao Ver. Idenir Cecchim, e à Ver.^a Comandante Nádia, que lá atrás, no início desta legislatura, guindaram-me a condição de indicado da bancada para que pudesse presidir esta Câmara, e, portanto, a esses vereadores quero que fique registrado aqui, nos Anais deste Parlamento, desta Casa com 245 anos, a minha gratidão, o meu agradecimento impagável.

Dizer, mais uma vez, que foi um ano de alegrias, um ano de realização pessoal, que contrastou com a minha mais profunda tristeza, que foi o desaparecimento do meu pai. Levo dele, como ele dizia no alforje da existência, os ensinamentos que me deixou, os instrumentos que me deu, e a certeza de que eu tenho a mesma responsabilidade, como político, de compartilhar com os meus cidadãos; e, como pai, de compartilhar com os meus filhos. Muito obrigado, meus queridos colegas. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “A bancada do Partido dos Trabalhadores votou pela abstenção no projeto relativo ao plano de saúde aos funcionários da Câmara pelos seguintes motivos: o tema não foi socializado com as lideranças dos partidos e esta bancada não compõe a gestão da Casa pela imposição da maioria, que a excluiu totalmente nos quatro anos da legislatura; os funcionários dispõem da alternativa de plano de saúde junto ao IPERGS contratualizado pela Câmara, e a alteração de alternativas, tendo em vista o impacto financeiro, deveria passar por um debate que a falta de democracia na Câmara não permitiu; o tema nos surpreendeu ao final do ano legislativo em curso, e não podemos acompanhar os funcionários, mas respeitamos a legitimidade do pleito. Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa”.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Presidente, respeitando a sua emoção, que eu acabei de ouvir, e o seu pronunciamento, eu quero dizer que eu votei a favor, sim, com muito orgulho, por respeitar as decisões democráticas da Mesa Diretora desta Casa, mesmo não fazendo parte, e também por respeitar os presidentes que lhe antecederam, entre os quais estou eu e a Ver.^a Sofia, que acordaram isso com os servidores da Casa lá atrás, essa recuperação necessária do seu plano de saúde tão importante para manter a qualidade de vida das pessoas.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, com sua veemência, eu apenas quero dizer que, na minha gestão – Dr. Thiago, eu lhe respeito muito –, essa não era a demanda, e as demandas que foram construídas...

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores, estamos na Ordem do Dia, portanto não há debate no microfone de apartes.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLE nº 017/17.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2047/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/17, que revoga a Lei Municipal nº 5.624, de 18 de setembro de 1985, que estabelece a isenção do pagamento de tarifas de Transporte Coletivo do Município de Porto Alegre para as pessoas de mais de 60 (sessenta) anos, fixando disposição transitória para os atuais beneficiários de referida isenção.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator-Geral Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emendas nos 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 20-12-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 017/17. (Pausa.) O Ver. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, está entrando em discussão um projeto de autoria do governo municipal que restringe, que diminui, que cancela a possibilidade de pessoas idosas, de 60 a 65 anos incompletos, que tenham baixos rendimentos, terem isenção no sistema público de transporte desta Capital. Eu brincava em tom de ironia com o Ver. Moisés Barboza, que era líder do governo, agora é líder da bancada do PSDB, partido do prefeito Nelson Marchezan Júnior, que, a partir do ano que vem, não existirão mais pessoas pobres na faixa de 60 a 65 anos, não existirão! As pessoas de 60 a 65 anos, a partir do ano que vem, terão plenas condições de comprar seus medicamentos, porque, durante esta fase da vida, a chamada terceira idade, a utilização de remédios aumenta significativamente, o que consome boa parte dos recursos que subsidiam a sobrevivência dessas pessoas, que as mantém vivas. Também muitas dessas pessoas apresentam restrições alimentares. Muitas dessas pessoas, quando sofrem um machucado, levam meses para curá-lo. Ou seja, é uma fase da vida cheia de diferenças, peculiaridades, e, agora, com a

impossibilidade de adquirir um passe de isenção, terão limitado também o seu direito de ir e vir, porque muitas dessas pessoas, já que o Município de Porto Alegre permite que as pessoas de 60, 65 anos tenham isenção desde que comprovada a insuficiência de fundos, ou seja, não é a varrer, não é para qualquer um, é para gente pobre, é para pessoas que não tenham dinheiro, recursos! Ou seja, o prefeito, mais uma vez, propõe uma iniciativa que retira direito daqueles que mais precisam: pessoas pobres! E, agora, idosos pobres! Isso não é apenas injusto, isso é desumano! Mas humanidade talvez seja um termo que não conste no dicionário do prefeito Nelson Marchezan Júnior e daquelas pessoas que apoiam esse tipo de iniciativa. Eu, assim como todos os vereadores desta Casa Legislativa – todos os vereadores –, não teria a possibilidade de pleitear essa isenção. O Ver. Nedel, que já passou dessa faixa etária, se fizesse 60 anos, não teria condições de pedir a isenção, porque os seus rendimentos permitem que ele custeie as suas passagens. O prefeito propõe a retirada de dinheiro de idoso pobre – idoso pobre! Eles têm que ficar em casa porque vão ter que fazer a escolha entre comer, comprar o remédio, ou ir ao médico, já que a maioria das aposentadorias não condiciona as mínimas necessidades básicas garantidas pelo texto constitucional: saúde, alimentação, lazer, direito à moradia, vestuário – de jeito algum. Agora, nem sequer transporte eles vão poder usufruir, isso é uma maldade completa que está sendo feita e não poderia me calar frente a isso, portanto está aqui a minha manifestação: votarei contra e com muita convicção, porque esse projeto é desumano! Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; aqui na Casa nós temos vários movimentos que dialogam com as pessoas idosas, e é discutido em frentes e audiências públicas, uma delas presidida pelo nobre Ver. Alvoni Medina, e nós participamos dela. Quando feitas essas reuniões, ocorreu uma enorme indignação e rejeição por parte dos idosos com relação à proposta trazida pelo governo já em várias oportunidades aqui na Casa. Tanto esse projeto como a redução das passagens dos estudantes, das pessoas com deficiência, foi um tema que o próprio governo teria dito ali atrás, no ano passado e no início deste ano, que não mais votaria este projeto. O governo agora reapresenta o projeto de lei e extingue a gratuidade da passagem para pessoas que tem de 60 a 64 anos de idade. Portanto, aprovando este projeto de lei, nós estamos, como disse o nobre colega, Ver. Alex, impedindo que essas pessoas, que, na sua grande maioria, em torno de 7% da população, de 60 a 64 anos, dos 18% que são idosos, possam se deslocar na Cidade, não para passeio, nós estamos falando aqui de pessoas que vão ao médico, pessoas que vão resolver o seu problema que é mais urgente. Nós sabemos que, quanto mais idoso, mais precisa de atenção, seja na assistência, seja na área da saúde.

Eu diria que o governo, ao terminar com essa gratuidade, está beneficiando o empresariado, porque, sim, vai reduzir sensivelmente o número de passageiros. Mas os ônibus, por acaso, estão sempre lotados? Não. O governo poderia ter adotado, Ver. Brum, então, um horário, dizendo que não acabaria com a isenção desde que esses idosos possam se deslocar na Cidade no horário comercial. Porque, se nós observarmos, vamos ver que o momento que coletivos estão lotados é a partir das 18h, ou das 17h30min às 20h, como acontece pela manhã, das 7h, no máximo, às 8h30min, 9h. Os ônibus continuarão, agora, cada vez mais vazios, sem segurança, sem investimento na qualidade, porque nem todos têm ar-condicionado, nem todos têm condições. Alguns, inclusive, ultimamente, estão quebrando no meio do caminho, e demora muito tempo para ser suprido para outro.

Nós estamos indo numa tendência de cada vez piorar a qualidade do transporte coletivo em Porto Alegre. Em vez de os empresários se preocuparem com a qualidade, com inclusão e com a busca de aproximação do usuário, ele cada vez mais afasta, tira direitos conquistados ao longo dos anos, aprovados aqui nesta Casa e sancionado pelos governos que ora sucederam um ao outro.

Então, nesse sentido, com certeza, nós, da bancada do PT, votaremos contrários.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este projeto é uma oportunidade que nós temos de exercitar o bom senso, não só os vereadores, mas também o próprio poder Executivo, que é o autor da proposta. E é também uma oportunidade de nós, no conjunto do pacote que guarda relação com a revisão das gratuidades e também das isenções do transporte coletivo, fazermos o mesmo exercício do bom senso. E nós já tivemos aqui hoje a materialização desse exercício, e o Ver. Paulo Brum muito bem, da tribuna, explicou. O governo encaminhou uma Mensagem Retificativa naquele projeto que reduzia o número de viagens hoje que são permitidas enquanto isenção às pessoas com deficiência. Foi um avanço.

Já tivemos um avanço importante também na semana passada, e foi sensível ao pedido que fizemos, o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, pela retirada de apreciação, nas comissões conjuntas, do projeto que restringe o meio passe, porque os estudantes terão, sim, cerceado o acesso à educação, Ver. Maroni, no momento em que não tiverem o direito de nem mais pagar meia passagem, porque, pelo menos, pagam meia. Então, venho aqui a esta tribuna, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe, pois acabamos debatendo o pacote como um todo e também por ter sido vice-presidente da Comissão Especial que analisou o pacote na sua inteireza sobre o transporte coletivo, manifestar o meu voto favorável a este projeto. Isso é uma

questão de coerência. Tenho contrariedade e divergência em todos os demais do pacote, mas já havia atendido em duas situações, como referi aqui, a questão das pessoas com deficiência e também dos estudantes na retirada da comissão conjunta, Ver. Ricardo. Não há por que Porto Alegre, casuisticamente, não estar equiparada à legislação federal do Estatuto do Idoso – não há por quê! E aí eu respeito os argumentos trazidos aqui pelo colega Prof. Alex Fraga, daqueles idosos que têm uma condição econômica inferior, pois são argumentos respeitáveis, mas existe um parâmetro e uma legislação federal e nós temos que adequar a legislação municipal a isso, Ver. Medina, que coordena a Frente Parlamentar em Defesa do Idoso. Voto favoravelmente, mas quero deixar muito claro: voltarei a esta tribuna para ver, se for aprovado este projeto, o impacto na redução dos R\$ 0,13 na passagem, conforme está apregoado aqui. Voltarei e fiscalizarei, porque esse também é o nosso papel. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que nos assiste, 20 de dezembro, final do ano. É o presente do governo Marchezan e dos vereadores que apoiam este projeto para os idosos pobres de 60 a 64 anos, o corte de direitos. Esse é o presente, essa é a proposta para os idosos, para as pessoas de 60 a 64 anos. Nós estamos falando, evidentemente, de pessoas pobres, ou alguém acha que uma pessoa de 60 anos, com recursos, irá andar de ônibus em Porto Alegre? Não anda. Quem tem boa remuneração e tem 60 anos não anda de ônibus em Porto Alegre. É um projeto para penalizar pobre, penalizar pessoas com mais de 60 anos que sejam pobres – esse é o presente para o dia 20 de dezembro! Esse é o projeto de Natal do governo Marchezan e dos vereadores que o apoiam.

Nesta semana, felizmente, tinha um projeto, nesta Casa, que foi derrotado. Era o projeto que queria liquidar com o plano de saúde dos rodoviários, que atacava a categoria dos cobradores, reduzindo a sua importância. Os rodoviários se mobilizaram, e os vereadores recuaram. Não tiveram coragem de enfrentar. Felizmente, a força dos rodoviários dobrou a vontade dos vereadores e dobrou o governo, que queria levar adiante esse projeto. Antes dos rodoviários, nós tivemos estudantes que se mobilizaram. E o Carús lembrou bem, ele fez uma frente contra o fim do meio passe estudantil, mas não foi o Carús que garantiu isso. Quem garantiu que não tenha sido aprovada essa parte do pacote foi a forte mobilização dos estudantes que vieram aqui, mesmo em dezembro, e disseram que eles iriam se manifestar, que iriam para a rua, que iriam protestar, se essa tentativa do governo Marchezan fosse apoiada pela Câmara de Vereadores.

Agora, os idosos de 60 anos, infelizmente, não têm essa organização ainda, pois os aposentados e os idosos do nosso País e as pessoas, infelizmente, têm de saber que a única forma de defender seus direitos é se mobilizando e vindo para Câmara de

Vereadores, porque, quando a galeria está vazia, como é agora, os vereadores, muitas vezes, votam medidas contra o povo. Quando a galeria está cheia, eu vejo muitos vereadores... É o que eu penso, futura secretária Nádia do MDB, do governo Marchezan. A senhora tem de ouvir, tem de aprender a ouvir, a senhora vai ser secretária do governo Marchezan e tem de aprender a ouvir. E o que nós estamos dizendo é que está tendo um ataque aos idosos de 60 a 64 anos no apagar das luzes do ano. E nós não admitimos essa linha e por isso protestamos. Não admitimos essa linha! O governo não faz nenhum plano para melhorar a vida das pessoas. Só quer saber de prejudicar. Se o Carús tivesse certo, eu seria capaz de votar com ele, mas é uma ilusão achar que terminando com a isenção de velhos pobres – que necessitam de isenção – vai significar redução da tarifa! Não vai! O governo Marchezan não quer saber de reduzir tarifa de transporte público. O governo Marchezan é um governo que responde às lógicas e aos interesses dos empresários do transporte público. Essa é a realidade! O governo Marchezan discute exaustivamente a situação do transporte público com os empresários; com os usuários o governo não discute. Infelizmente, a única forma de os usuários defenderem os seus direitos é se organizando e protestando! Então, essa é a realidade.

Claro que quando não tem público é mais fácil; aí a aritmética é de quem está com o governo e de quem não está com o governo. Eu espero que, pelo menos em dezembro, primem pelo bom senso e pelo espírito natalino: não deem esse presente de Natal para os idosos.

Nós precisamos ter, sim, mais controle do transporte. Nós temos reclamado há horas a necessidade de uma auditoria nos preços das passagens. O nosso partido há muito tempo denuncia que há um processo de composição dos preços que não corresponde à realidade e que os empresários não garantem um serviço com transparência. E o governo, em vez de cobrar isso, ataca os mais fracos.

Nós, aqui, estamos usando a palavra, fazendo um esforço para defender aqueles que, infelizmente, não tiveram condições de se organizar para lutar pelos seus interesses, como fizeram muito bem os rodoviários – e eu os parableno, porque graças à mobilização dos rodoviários não se promoveu o ataque que o governo Marchezan queria fazer aos rodoviários; graça à mobilização dos estudantes não teve ataque ao meio passe. Agora, infelizmente, nós temos um plenário sem pessoas idosas nas galerias, sem essa mobilização. E eu digo a vocês, Freitas, Medina, que até isso vai ser necessário. Até isso vai ser necessário para garantir a defesa dos direitos. O PSOL vota contra este projeto, evidentemente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje aqui se ouviu muito falar em Constituição – muito! Demais. Essa

lei da qual estamos falando é de 1985. Então ela foi aprovada 3 anos antes da Constituição. Ela foi aprovada e começou a vigorar 3 anos antes da nossa Constituição. Em 1988 tivemos a Constituinte e seus artigos, em que se baseia aqui a revogação, o art. 30 e o art. 230 no seu § 2º; é de 1988, se passaram 30 anos e nenhum advogado da Associação dos Transportadores de Passageiros, nenhum advogado da ATP conseguiu judicialmente derrubar essa lei, nenhum – nenhum advogado conseguiu derrubar essa lei. Agora nós vamos rasgar a Constituição, Constituição que foi defendida aqui por vários hoje, que é o direito adquirido. Ou não existe no artigo constitucional o direito adquirido? Existia uma lei dizendo que as pessoas teriam o direito. Veio a Constituição, determinou a partir de qual idade as pessoas teriam o direito. Por 30 anos, a cidade de Porto Alegre e os transportadores de passageiros sobreviveram e viveram com uma lei. Aí, agora, 30 anos depois, resolveram dizer que a lei não vale, que a lei é inconstitucional. Só que essas empresas que vêm chorando – chorando, chorando, chorando –, elas já ganharam aqui o direito agora de dar desconto no cartão TRI, na tarde de hoje; ganharam 2% no ISSQN; ganharam, do governo federal, a redução do diesel e não baixaram um centavo na passagem; ganharam 50% na segunda passagem e ganharam várias extinções de linhas. E, além disso, tem a questão do fim de semana, dos feriados. Essas empresas não cumpriram o que determinou o decreto do prefeito, que era a instalação de câmeras e GPS. Essas empresas não cumpriram o reconhecimento facial; essas empresas não cumpriram nada que o decreto do prefeito disse que teriam que cumprir! Somente 30% da frota cumpriu alguma coisa que o decreto do prefeito determinou que teriam que cumprir – não tem reconhecimento facial, não tem GPS, não tem câmera de segurança, não tem nada, só querem ganhar às custas do povo. Eu volto a dizer: não é tirando o direito do aposentado... E ainda protocolaram a retirada do art. 2º, piorou o projeto. Quero que os vereadores saibam: piorou o projeto, fica revogada a lei e acabou; acabou o direito adquirido, acabou tudo, revoga a lei e acaba tudo com a Emenda nº 03.

Então, um aposentado que ganha R\$ 3 mil – não estou nem falando do que ganha R\$ 1,5 mil –, que gasta com remédio, só anda de ônibus, porque só anda de ônibus quem precisa, se vai sair em três pessoas, já anda de aplicativo. Eu disse para o Sr. Prefeito, quando eu era líder do seu governo, que nós temos que rever todo o modal: ônibus, lotação, táxi, aplicativo e o serviço de barca que existe em Porto Alegre. Não adianta ver um só, estão sangrando a viúva, e a viúva são as pessoas que andam de ônibus em Porto Alegre. Se colocarmos dois ou três idosos a andar de ônibus, vão andar de aplicativo, Ver. Pujol, e o sistema vai continuar deficitário. O que vão fazer? Vão querer que a Prefeitura injete dinheiro no sistema, como algumas cidades fazem? Quero dizer que isso aqui não resolve o sistema do transporte. Nós já aprovamos várias coisas nesta Casa, a Prefeitura já deu várias isenções, nós já temos o projeto da publicidade, estão querendo tirar os cobradores em turno, então, vereadores, não é o momento de votarmos este projeto, faço um apelo ao governo para que recue, para discutirmos o projeto no ano que vem, até porque a ATP não respondeu as diligências pedidas e exigidas para este projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós fizemos, recentemente, um debate forte; apresentamos, mais uma vez, de forma teimosa, a nossa emenda do controle dos números e da conta do sistema de transporte em Porto Alegre. Vossas Excelências entenderam que não era possível condicionar a prorrogação da isenção de ICMS para as empresas de ônibus, condicionar um maior controle pela Prefeitura, pelo poder público, pela sociedade. Nós entendemos que ainda há que desvelar o segredo das empresas de ônibus, as quais devem lucrar de forma extraordinária – não tenho a menor dúvida. Aqui, o Ver. Janta repassou, e nós já dissemos isso. Tentamos condicionar a renovação dessa isenção que tira R\$ 18 milhões da Prefeitura de Porto Alegre; retira dos cofres e do orçamento R\$ 18 milhões que são significativos para a saúde, para a educação, para as necessidades da Cidade. Pois bem, nós não entendemos que essas empresas precisem de mais essa regalia, porque nós temos certeza de que isso não vai impactar em redução de passagem. Ao encaminharmos a manutenção da isenção, não houve compromisso do governo de que não haveria reajuste da passagem. Não houve, Ver. Robaina, como V. Exa. já falou aqui; ao contrário, será reajustada a passagem. Os trabalhadores e as trabalhadoras estão pagando 50% da segunda passagem, estão pagando a passagem mais cara do Brasil. Nós não consideramos que retirar isenções conquistadas na luta de percepções e necessidades sociais resolva o problema do transporte e da passagem cara. Para nós, transparência pode resolver, transparência e controle dos números – dos milhões! – que giram no sistema.

Não esqueçam que também foi sendo subtraído o passe livre – tínhamos dez anuais. Estava na conta de uma passagem mais barata, eram dez passes livres anuais. Nós temos cidades no Brasil em que, no domingo, é gratuito; ou que, no domingo, sempre é 50%, favorecendo a socialização, a circulação. E o tema dos idosos, eu quero lembrar que nós fizemos uma luta muito grande, para os idosos terem o direito às suas ginásticas, aos seus atendimentos nas praças e parques. E o depoimento que as idosas do Cevi davam, agora no fechamento da Frente Parlamentar, que elas estão usando dois ônibus, que elas perderam a professora de um parque, e estão indo noutro parque. Usam os ônibus, pelo menos, durante o horário que não é de pique, tem gratuito os ônibus. A gratuidade aos 60 anos significa retirar idosos dos postos de saúde, da depressão, da impossibilidade de fazer uma atividade física, da impossibilidade de chegar nos postos de saúde e retirar o seu remédio, de ter um atendimento psicossocial, de ter um atendimento físico.

Nós temos que nos dar conta que é óbvio que a maioria dos usuários do transporte coletivo, dos 60 aos 65 anos, é da classe operária, os pobres desta Cidade, porque a classe média ou a classe média alta não vai ficar usando o ônibus, até porque os idosos têm muito medo, estão com medo, não saem à noite, têm medo da violência, tem medo do assalto no ônibus, têm medo de cair, têm inadequações no ônibus. Eu quero somar, Ver. Janta, às suas questões, que eles não colocaram GPS, os ônibus têm

degraus altíssimos para os idosos, está muito difícil, os idosos não têm a possibilidade de um conforto, de uma segurança nos ônibus da Cidade. Eles sofrem acidentes, eles têm medo de muitas situações que atingem as suas faltas de mobilidade.

Portanto, eu considero que essa isenção em nada vai alterar os custos do sistema, muito menos diminuir custos da passagem, outros elementos poderiam ser aplicados. Vamos preservar esse direito, não vamos admitir que se penalize quem não é responsável pelo descontrole do transporte público e pelos privilégios, que, infelizmente, penalizam a sociedade e os trabalhadores como um todo, e que são mantidos pelo governo Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu quero saudá-la, Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos. Bom, eu quero aqui dizer que tenho muitas dúvidas com relação a essa isenção, até porque eu compreendo que 65 anos para alguém pode ser muito pouco, mas vejo muita gente com 60 anos caindo aos pedaços, desculpem-me a expressão. Tem gente que não tem trabalho, não tem saúde, enfim, não dá para generalizar, não dá para pegar uma pessoa de 60 anos e comparar com outra, são coisas bem diferentes.

Eu vou deixar a Emenda nº 03, do Ver. Mauro Pinheiro, para que eu possa analisar. Tem duas emendas minhas, para entender o projeto. O que existe, no Brasil, é um salário mínimo só, não existe, como antigamente, cada Estado ou cada região tinha o seu salário mínimo, mas o Rio Grande do Sul tem o seu salário mínimo. A emenda que tentei dialogar com os senhores, a Emenda nº 01, coloca o salário mínimo regional, o qual tem três faixas, e a faixa maior do salário mínimo regional, que muita gente não sabe que tem, chega a R\$ 1.489,24, ou seja, três salários mínimos regionais de R\$ 1.489,24 dariam R\$ 4.467,00. Enquanto o projeto do governo que agora o vereador líder do governo suprimiu, ou seja, agora é puro, é simples, a isenção é só a partir de 65 anos, de 60 a 64 anos não tem mais os três salários mínimos, na Emenda nº 03 ele suprimiu o artigo. Portanto, estou dando alternativas, se quiserem que seja aprovado com a minha emenda, vai para R\$ 4.467,00, é a faixa do salário mínimo regional, que cansei de aprovar na Assembleia, muita gente não sabe que existe, é para algumas categorias. Portanto, se nós quisermos levar para uma isenção até R\$ 5.000,00, nada melhor do que essa emenda, que chega a três salários mínimos regionais da faixa de R\$ 1.489,00, vai dar R\$ 4.467,00. É uma alternativa, por isso criei a emenda. A emenda do Mauro suprimiu a art. 2º, todo o art. 2º, em que falava no salário mínimo nacional. Só que aqui diz salário mínimo regional. Isso não está bem, a nomenclatura não está certa, é salário mínimo nacional, só existe um salário mínimo, é o nacional. Antigamente, no tempo da ditadura, havia os salários mínimos regionais, cada região era diferente uma da outra.

A minha outra emenda é a de nº 02, já foi colocada no projeto anterior e diz que tem uma reavaliação de cinco em cinco anos, eu acho uma coisa natural. Portanto eu estou dando essa alternativa, quem quiser olhar, a minha emenda é de três salários mínimos regionais da faixa mais alta do Estado, ou seja, a 5ª faixa, que hoje é de R\$ 1.489,24, e que será aumentada no início do ano, quando forem tratar do salário mínimo regional, para mais de R\$ 1.600,00, três vezes R\$ 1.600,00. Estou dando essa alternativa, estou discutindo com os senhores. Do jeito que está, ou seja, sem isenção para as pessoas de 60 a 64 anos, sem a questão salarial, eu entendo que não há condições de passar. Pelo menos, essa é a minha opinião. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Marcelo Rocha está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR DR. MARCELO ROCHA (PSOL): Alguns casos na minha vida profissional me marcaram muito. Eu me lembro de uma vez, quando trabalhava no Posto do Lami, eu estava fazendo o ajuste de medicação anti-hipertensiva para uma senhora e solicitei a ela que fosse ao posto de saúde, duas vezes por semana, para medir a sua pressão arterial. Ela morava no São Caetano, o Dr. Thiago conhece muito bem a área. O São Caetano fica a uma distância de dois ônibus do posto de saúde. Ela me respondeu o seguinte: “Doutor, se eu for duas vezes ao posto de saúde por semana, eu deixo de comer, porque eu preciso pagar duas passagens de ida e duas passagens de volta. Então, no dia que eu vou ao posto de saúde, a minha alimentação fica prejudicada”. Eu respondi que ela comesse, obviamente. A dimensão da perda desse direito que, na minha ótica, é um direito adquirido para a população idosa e pobre de Porto Alegre é muito maior do que a gente possa dimensionar aqui. É claro que para um vereador, para pessoas que têm um salário mais digno, isso é uma coisa de pouco impacto, mas tem muito impacto para essa população. Recentemente, li uma reportagem no jornal Folha de São Paulo, da semana passada, que trazia a notícia de que em Luxemburgo, um país pequeno da Europa, vai abolir todas as tarifas de transporte público como um direito social. A deputada federal do PSOL, Luiza Erundina, apresentou uma emenda constitucional, que foi aprovada no congresso nacional, que transformou o transporte num direito social no Brasil. Todos os países desenvolvidos – qualquer país europeu –, nos quais o governo municipal diz se inspirar, têm políticas de subsídio ao transporte muito bem estabelecidas, e faz parte da obrigação do poder público municipal fazer essas políticas de subsídio. Podem dizer: “Marcelo, mas estamos num país subdesenvolvido”. Pois é, mas vamos olhar a Argentina, aqui do lado, que mesmo por todas as crises que passa, tem políticas de subsídio ao transporte público; tem o seu metrô, em Buenos Aires, que é muito barato e funciona muito bem, isso para a população poder se locomover pela cidade. E, mais do que isso, o subsídio faz com que diminuam os congestionamentos, com que diminuam os problemas relacionados ao deslocamento das pessoas na cidade. Então, acho que é mais um dos

pacotes de maldade, como diz a Fernanda, do prefeito Marchezan, preparado, para o final do ano, para os idosos mais pobres da nossa Cidade. Lembrando que isso tudo é opção; gestão é escolher e são escolhas, e o Marchezan, novamente, como o Ver. Janta tanto gosta de falar, mostra que não gosta de pobre e opta por cortar daqueles que mais precisam. Por que o Marchezan não corta dele? Por que o Marchezan cria, num projeto, seis cargos em comissão e corta um? Esse é o interesse da população de Porto Alegre? Eu não acredito que a população de Porto Alegre tenha eleito o Marchezan para atuar contra ela e, lamentavelmente, é o que tem acontecido. Numa ânsia de promover uma mudança na Cidade, a população elegeu o Marchezan, e eu tenho absoluta certeza de que está muito arrependida, porque é um prefeito que não cuida da Cidade, que demonstra ser mau gestor a cada ação, que demonstra não gostar da população mais pobre da Cidade e que ataca direitos historicamente garantidos.

Porto Alegre sempre foi reconhecida como uma capital onde foi muito bom viver, e, nos últimos anos, nós temos perdidos esse *status*. A gente tinha a Carris como uma das companhias de ônibus mais reconhecidas do País, e hoje está na situação em que está.

Então eu queria pedir aos colegas que pensem nessa população, pensem naquela senhora que precisa ir ao posto de saúde para medir sua pressão arterial, que é uma coisa que é essencial para ela, e votem contra esse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mônica Leal, vereadores e vereadoras, são 19h48min, nós continuamos aqui debatendo desde as 9h. Então, quero parabenizar todos pelo comprometimento com a cidade de Porto Alegre, pelo debate e a votação de vários projetos importantes para a Cidade. Como líder do governo, quero agradecer a todos os vereadores.

Nós estamos discutindo um projeto bastante importante para a cidade de Porto Alegre. Nós sabemos o quanto é difícil, quando se tem um direito e, através de um debate, está se querendo diminuir o direito adquirido ao longo dos anos. Mas nós também temos que fazer as escolhas, e sei o quanto é difícil, Ver. Alex Fraga, mas, quando a gente começa a estabelecer direitos e vantagens a todos o que acaba acontecendo é que alguém vai pagar essa conta. Por exemplo, para a passagem, é feito um cálculo com o número de passageiros, as pessoas que pagam, e quando se começa dar isenção para um, para dois, para quatro, esse valor não entra na conta, e aqueles que pagam vão acabar pagando mais, porque tem que ser arrecadado um valor “x” da passagem conforme o contrato. Porto Alegre foi concedendo uma série de vantagens que se tornaram direitos de casa pessoa, sendo que o valor da passagem, hoje, é elevadíssimo, o acaba por diminuir o número de passageiros; com isso, acaba elevando cada vez mais o valor da passagem em Porto Alegre. Eu acho que a grande saída para

Porto Alegre – tenho falado aqui várias vezes – é fazermos uma integração com os municípios do entorno de Porto Alegre. Essa vai ser, realmente a forma como vamos conseguir baixar o preço da passagem e colocar mais passageiros dentro dos ônibus, até porque se integrarmos os ônibus de Alvorada, Viamão, Gravataí, Cachoeirinha aos nossos ônibus, vamos conseguir diminuir o número de ônibus rodando por dentro dos nossos corredores, bem como o transporte ficará mais rápido e ágil, compensando mais andar de ônibus do que, muitas vezes, de carro, Ver. Cassiá. E nós temos que fazer uma escolha: este projeto prevê, num primeiro momento, de forma escalonada, que as pessoas, de 60 a 64 anos, que já tem vão continuar usando até que cesse esse direito ao atingir 65 anos; os novos não entrarão no sistema, com isso a passagem ficará conforme a lei federal para todos, que é aos 65 anos. Porto Alegre é a única Cidade que é a partir de 60 anos. Nós colocamos uma emenda pela qual cessaria o direito dessas pessoas, de 60 a 64 anos, o que daria um impacto na passagem de R\$ 0,13 já em janeiro. Hoje a gente sabe que se nada for feito, a passagem vai atingir um valor muito alto. Os vereadores aqui têm que fazer uma escolha. Conversando com os vereadores aqui, com os quais temos procurado dialogar, os vereadores acham que essas pessoas que já têm o direito, se colocarmos essa emenda, vão perder o direito, então acham ruim e preferem que tenha um impacto menor na passagem, que isso vá sendo gradual. Nós, como falei, dialogamos com vários vereadores que acham melhor termos um impacto menor na passagem em fevereiro, se continuarmos escalonando. Os vereadores disseram que preferem assim, para não ter impacto nas pessoas que já têm o direito adquirido. O Ver. Cláudio Janta fez um apelo aqui, bem como outros vereadores, com quem conversamos individualmente; portanto, escutando os vereadores, estamos retirando a Emenda nº 03, vamos deixar o projeto na forma original, então, aquelas pessoas que hoje têm o cartão vão continuar usando até atingir os 65 anos e depois vão ter o direito como em todo o Brasil. E a partir daí, os que não tiverem o direito, que vão complementar somente quando completarem a idade, levará cinco anos para chegarmos no mesmo nível do resto do País, essa é uma escolha dos vereadores, a qual aceitamos. Estamos retirando a emenda e vamos fazer de forma escalonada e demoraremos cinco anos para atingir o mesmo nível do restante do País, mas, como falei, sempre procuramos dialogar com os vereadores. Só que, desta forma, o impacto será menor em fevereiro e, certamente, a passagem terá um aumento um pouco maior do que seria se cessasse com a Emenda nº 03 agora. Então, estamos fazendo um requerimento para retirar a Emenda nº 03. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLE nº 017/17.

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Presidente Mônica Leal, nobre vereadores e vereadoras, pessoal que nos assiste, gostaria de pedir a atenção dos nobres vereadores. No art. 10, do Estatuto do Idoso, fala o seguinte (Lê.): “É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. Nós estamos discutindo os direitos dos idosos, peço que coloquem a mão na consciência: os idosos, para votar o nosso mandato, têm valor, mas quando se trata dos seus direitos serem retirados, serem arrancados, aí parece, infelizmente, que esses idosos não são vistos. Parece que os nossos idosos da nossa Cidade, que são mais de 240 mil idosos, são deixados de lado, infelizmente. O Estatuto do Idoso garante o direito à liberdade e outros seguintes aspectos (Lê.): “I – faculdade de ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – prática de esportes e de diversões; V – participação na vida familiar e comunitária; VI – participação na vida política, na forma da lei”. Então, nós vemos que retirar algo que já existe, direito já constituído é como se nós andássemos para trás. Eu vejo que a cidade de Porto Alegre está envelhecendo. Se vocês andarem nas vilas, se nossos vereadores andarem nas vilas, verão que os seus eleitores, a maioria deles, são pessoas idosas, pessoas de baixa renda, pessoas que nem salário têm, que direito essas pessoas terão de sair de sua comunidade, de suas casas para ir buscar remédio, para ir aos hospitais, aos postos de saúde? Infelizmente, esses idosos não terão esse direito. Eu vejo que os vereadores, a maioria que está aqui na Casa, não têm nenhum problema de andar na Cidade, porque têm o seu automóvel, têm o seu salário, têm sua vida bem regalada. Eu vejo que se olharmos para trás, para o direito dos nossos idosos, o nosso País, a nossa Cidade tem sido uma vergonha. A gente anda nas comunidades, e nós tivemos várias pessoas que pediram ajuda, um pedido de socorro, porque não têm nem o que comer dentro de casa. Imaginem ter que tirar mais dinheiro do seu bolso para pagar passagem para ir e vir. Eu peço que cada vereador, cada vereadora, coloque a mão na consciência e analise bem na hora de votar. São 240 mil idosos, são mais de 40 grupos de idosos na nossa cidade de Porto Alegre. E nós temos andado pela maioria desses grupos, e vamos levar para eles a notícia de que, na verdade, chegou o final de ano e foram sacados os seus direitos. Que Natal! Qual a felicidade? Qual o direito que esses idosos terão de comemorar o Natal de passar um ano feliz? Eu não acredito que isso vá acontecer, eu não acredito que os nobres vereadores e vereadoras não vão olhar para essa população que tanto precisa do nosso apoio, que tanta precisa de nós para ajudá-los a lutar pelos seus direitos. Eu agradeço pelo carinho de todos. Que Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Presidente Mônica, colegas vereadores, público que nos assiste. Olha, eu fiquei o tempo todo ali na minha cadeira me retorcendo. Eu falo aqui com os vereadores da base, será que não teve nenhum para chegar no prefeito, não teve coragem para abrir os olhos dele sobre este projeto? Quantas mil pessoas têm Porto Alegre entre 60 a 64 anos? Pior ainda, sem um salário, ou ganhando um salário mínimo! Eu quero ver aqui o vereador que vai votar nesse projeto e vai ter a coragem de pedir voto para um senhor de 60 a 64 anos, um cidadão. Eu quero ver a coragem! Eu quero ver a coragem desse vereador! Eu quero ver! Se os senhores não sabiam, eu vou dizer para vocês: é uma incoerência, porque aqui na Casa está tramitando aumento do salário do prefeito! Está tramitando aqui! É uma incoerência! Que fique sabido isso. É uma incoerência sacar – sacar! –, em pleno final de ano, do bolso dos idosos. É uma incoerência! Era só isso que eu tinha para dizer.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu até não vou discutir a matéria, mas sobre as ameaças do Ver. José Freitas, eu quero dizer a ele que eu não me assusto. Eu queria perguntar ao senhor se a minha igreja e a sua igreja não cobram dízimo dos velhos. Cobram muito! Cobram muito! Isso, sim, é sacar contra os doentes, contra os velhos, contra os pobres! Isso, sim! O senhor guarde a sua ameaça para o senhor! A mim o senhor não vai mais ameaçar! Eu voto de acordo com a minha consciência. O senhor não me ameace, ainda mais tendo votos a cabresto, como V. Exa. tem. Eu não tenho voto a cabresto. Eu peço meus votos! Ninguém manda votar em mim. Eu peço os meus votos um a um. E se eu não trabalhar direito, o povo me tira fora. Não há ninguém que mande eu sair para outra cidade. Eu voto de acordo com a consciência, porque quem vota em mim vota com consciência, não vota mandado. Eu não ia falar nada, e o senhor não repita isso na minha frente. O senhor se atenha às suas considerações. O senhor falou o que quis aqui e vai ouvir o que não quer. Então é isso, cada um de nós vai votar com a sua consciência. Nós não temos cabresto para votar na gente. Nós temos que trabalhar, defender, temos que caminhar todos os dias. E ninguém vai me ameaçar para me botar os votos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Talvez eu nem devesse subir aqui depois do Ver. Cecchim. Quero dizer mesmo assim, querido Ver. Dr. Thiago,

porque faltou algo a dizer, que, se escutassem o Ver. Mauro Pinheiro retirar a emenda, saberia que estão preservados os direitos adquiridos daqueles que já têm mais de 60 anos. O projeto não tira os direitos de quem os adquiriu, estabelece, como diz a Constituição da República, art. 230, § 2º, que os idosos com mais de 65 anos terão o transporte público gratuito. É isso o que diz o projeto, estabelece uma regra de transição para não prejudicar os que já o têm garantido. Preserva o direito adquirido, com a retirada da emenda, dos que já o têm. Portanto, não há saque a qualquer direito dos cidadãos. Aliás, não são só os idosos que pagam ônibus nesta Cidade. É fácil fazer populismo aqui em cima, cada vantagem que se dá é paga pela massa trabalhadora que anda de ônibus todo dia em Porto Alegre. É paga pelos empregadores que dão emprego e pagam o vale transporte. Portanto, isso é transferido para o custo da comida, da bebida, da moradia e de tudo que há de consumo na Cidade. Quem paga o transporte é a população, através dos preços dos produtos. É fácil dar garantia que alguém não pagará, porque há a ilusão de que é grátis. Não é! É dividido o preço da isenção por aqueles que pagam. Então, com todo o respeito que merece o colega, é fácil subir aqui e dizer: “Por que não damos para quem tem mais de 50 anos?” Porque quem tem menos de 50 pagará essa conta. A folha de São Paulo, que de isenta não pode ser acusada, fez reportagem, há pouco dias, mostrando que o conceito de idoso, de 60 anos, é um conceito de 1994 – velho. O conceito de idoso é que é velho, é de 1994. E a expectativa de vida, de lá para cá, subiu 6 anos. Até 2050, vai triplicar o número de idosos na cidade e, no Brasil, vai triplicar. Quem vai pagar essa conta? Ajustamos agora ou não haverá sistema de transporte público que pare de pé. E o cidadão vai pagar uma conta cada vez maior. Todos, porque é fácil fazer favor para minorias às custas da maioria que paga a conta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, diferentemente do Ver. Idenir Cecchim, que luta aqui altivo, falou que não tinha medo e tal, eu, na verdade, eu tenho. Sabe por quê? Porque eu tenho que conquistar os meus votos, eu tenho que convencer os eleitores, eu tenho que me submeter ao julgamento. Por exemplo, agora com a lei dos canudinhos fui insultado, fui elogiado, cada voto meu aqui é compreendido por uns e incompreendido por outros. Então, tenho uma admiração tremenda pelo Cel. Freitas, ele sabe disso, mas é muito confortável vir aqui ameaçar os vereadores que pensam de forma diferente. Quando na verdade ele representa a Igreja Universal, que teve 14 mil votos em Porto Alegre, e que dividiu o curral eleitoral, da Av. Ipiranga para um lado; da Av. Ipiranga pro outro. E cada um fez 7 mil votos. Então, assim é fácil, porque eu fiquei assustado mesmo, fiquei pensando em como é que eu vou pedir voto pros velhos de 60 anos, que não fizeram 65 anos? Eu vou dizer para eles que eu respeito o direito adquirido, eu vou

dizer para eles que eu estou preocupado com que Porto Alegre tenha transporte coletivo. Eu vou ter, pelo menos, colegas vereadores, o ônus de convencer. É por isso que eu entendo que alguém suba na tribuna e faça esse tipo de discurso, quando, na verdade, não tem ônus, porque ele não é eleito, ele é ungido, ungido vereador. Ungido por um curral fechado, e isso é democrático, faz parte do processo. Não é uma crítica, é uma constatação. Queria eu ter um grupo desses, e que o líder dissesse: “Wambert, agora tu vais ser vereador, não, agora tu vais ser deputado, não, agora tu vai ser vereador”, e aí entrasse nesta Câmara, fosse diplomado com uma unção especial do meu pastor, do meu bispo. Não, a minha vida é muito diferente, e a vida da maioria dos vereadores aqui tem uma vida sacrificada, dura e que toda hora nós temos que prestar contas do nosso voto. Então, nessa parte, eu concordo com o Ver. José Freitas. Eu vou encaminhar, porque eu acho que nós precisamos dividir, pela solidariedade social, os riscos e os custos da vida social. A lei já diz que idoso, com mais de 65 anos, tem isenção em âmbito federal. Nós vamos ter uma regra de transição, eu vou usar a expressão “direito adquirido” de uma forma larga, porque a Constituição diz que a lei não prejudicará o direito adquirido. Não existe direito adquirido nesse tipo de concessão, não é um direito adquirido essa gratuidade, estou usando apenas para me adequar ao vocabulário que está sendo usado nesta Casa. Então nós tentamos não prejudicar os usuários que já têm esse desconto com regras de transição, e, se nós tirássemos, isso é um cálculo atuarial, todas as isenções de Porto Alegre, nós não teríamos aumento, e o impacto é quase de 40% na passagem, e quem paga a conta é quem está embarcando, quem está trabalhando. Sou favorável a várias isenções, mas algumas precisam ser aplicadas com justiça, com consciência social e a partir de critérios que envolvam o bem comum. Por isso quero me somar ao pronunciamento do nosso Ver. Ricardo Gomes que esgotou os meus argumentos, então não vou repeti-los. O Ver. Idenir Cecchim estava aqui muito entusiasmado na tribuna, e nesse sentido, vereador, realmente eu me preocupo muito com cada voto que eu dou aqui nesta tribuna, porque ele tem um custo político sempre muito alto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas, senhoras e senhores, falei muito pouco hoje, mas eu tenho que falar, por obrigação, nesse tema. Acho que não cabe, no final do ano de 2018, num tema tão importante, a gente extrapolar não só na linguagem, mas na postura. Não cabe. Primeiro, nós temos liberdade de credo neste País. A bancada do PRB é vinculada a uma determinada igreja, e nós temos que respeitar. Sobre a questão da imunidade tributária, todas as igrejas, as deles, as nossas, são imunes. Vamos discutir com os deputados federais então, a começar com as bancadas que reclamaram sobre esse tema, meus caros colegas da bancada do PRB, para discutir a imunidade tributária, isso não vai ser resolvido aqui,

não é Ver. Aírto Ferronato, V. Exa. é professor, doutor nesse assunto. Tem muitas isenções, e nós não falamos de algumas que são escandalosas. Escandalosas. Os correios são uma empresa. Vai ser privatizada, está a caminho da privatização. A gente paga a carta, paga a encomenda, e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não paga a passagem do carteiro – do carteiro! Por quê? E os oficiais de justiça? Eles ganham um dinheiro para entregar as convocações, as intimações, para ir aos tribunais, aos fóruns, mas eles têm isenção, e nós não falamos disso. O Paulo Brum, corretamente, com o nosso apoio, pressionou na questão dos portadores, das pessoas com deficiência, das pessoas que têm necessidades, dos doentes, porque não é moleza para quem cuida de idoso, de doente, tem que ir duas, três vezes por semana, às vezes tem que ir de manhã, de tarde... Tem que ter essa condição. Nós temos que discutir um novo modelo de transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre, não são essas isenções que vão resolver o problema. Tem lugares aqui, inclusive na Europa, que já ousaram muito nisso; agora, nós nunca conseguimos discutir o tal fundo nacional da Erundina. O Marcelo ou o Robaina colocou isso há pouco; vamos discutir essa questão, vamos com calma, muita calma neste momento. Ninguém está ameaçando ninguém, nós todos somos adultos, aqui ameaça é bobagem, cada um sabe o que fez e cada um sabe ou tem que pensar no que fazer. Eu já sei do meu voto; agora, se tivéssemos sido convocados por um grupo de trabalho, uma comissão especial para discutir item por item, nós poderíamos discutir o verdadeiro corte nas isenções, as que precisam ser cortadas, e nós podíamos discutir o verdadeiro modelo de transporte coletivo, porque ele é obsoleto. O Paulinho sabe muito bem: tem linhas de ônibus acavaladas umas nas outras, e eles não mudam. Os empresários estão calados, impressionante, não tem nenhum empresário do transporte, nesta hora, aqui – hoje eu vi um circulando por aí, um! O sindicato veio fazer uma demanda, mas podia ter deixado um representante. Nós estamos vendo que a sociedade civil também está desorganizada, e quando as coisas não funcionam, a culpa é da Câmara, e a Câmara, não contente, vai para o Ministério Público. Não é nossa função, nós temos que decidir, aqui se decide, isso aqui é parte de um poder tripartido. Nós temos que decidir! Vamos devagar, já gastamos muito tempo, alguns minutos a mais não fazem mal para ninguém. Pelo bem da cidade de Porto Alegre, no ano que vem, vamos fazer um projeto a ser discutido com todas as partes e vamos resolver o problema da circulação e do transporte na cidade de Porto Alegre, Ver. Mauro Pinheiro, conjugado com a questão metropolitana. Ah, por sinal, vou fazer uma proposta à bancada tucana aqui. O Leite está disposto a formar um grupo de trabalho para discutir a questão metropolitana. Discutir metrópoles é essencial. Eu não me nego, eu não sou sectário, eu discuto, seja eu do governo ou não. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 017/17.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Primeiro, eu quero fazer uma menção às palavras da Ver.^a Sofia, que mostram, infelizmente, a sua incoerência com relação a alguns temas. A senhora fala em retirar isenções conquistadas na luta, mas a luta dos servidores desta Casa em terem a possibilidade de não aderirem ao IPE e poderem ser parcialmente contemplados com recursos para terem o seu plano, a senhora acabou de votar contrário. Foi uma luta histórica, discutida em várias mesas diretoras, inclusive quando o PT fazia parte da Mesa e da presidência, e o seu representante lá era o Ver. Mauro Pinheiro. Passou por mim, passou pelos meus sucessores e chegou até este momento, esta discussão, esta combinação de recuperar uma coisa depois da outra. Por isso, é importante que a sociedade saiba que uma coisa é a fala nesta tribuna, mas política se faz com gestos e atitudes.

A segunda questão é que todos nós temos os nossos interesses legítimos – legítimos –, todos nós temos as nossas atuações – legítimas. Eu quero, Ver. José Freitas e Ver. Alvoni Medina, reconhecer, na figura do PRB, a legitimidade completa para falar sobre o idoso em Porto Alegre, a especificidade para falar sobre o idoso em Porto Alegre, porque vocês fizeram parte e coordenaram as políticas públicas dos idosos até quase esse momento, passando pelo governo do PDT, pelo governo do PMDB, e nunca ninguém discutiu essas questões, algumas que foram levantadas, na tarde e na noite de hoje. Então, eu quero dar os parabéns pela postura sempre coerente da Bancada do PRB, e também reconhecer a especificidade de vocês em abordar essa matéria.

Portanto eu quero dizer que em política a gente não deve pessoalizar, eu entendo as suas palavras aqui, entendi perfeitamente as palavras aqui, como palavras de desabafo, como palavras de um líder de uma Bancada, de um partido na capital de Porto Alegre, que tem a questão do idoso como norte, e que não vê avançar as políticas públicas referentes ao idoso, e que observa que lá pelas tantas a perda de direitos nesse sentido! Eu quero lhe dar os parabéns, em nenhum momento a sua fala me ofendeu, me agrediu e quero lhe dar os parabéns pela postura coerente, e principalmente, pela defesa da causa. Nós vemos aqui vereadores das mais diferentes matizes, nas mais diferentes causas! E nós temos que reconhecer isso! Que entender isso! E ter isso como norte naquelas que coadunam a nossa vontade e a nossa forma de pensar.

Ver. Maroni tem a causa dos animais, muitas vezes não concordo com ele, mas sou obrigado a respeitá-lo, nesse sentido! Ver. Paulinho Motorista tem a causa, também, do transporte coletivo! Então, é importante que a gente tenha esse profundo olhar.

E, eu não vi Ver. José Freitas, a mesma resistência, quando essa galeria se encheu com estudantes que, justamente, reivindicavam a questão do transporte para estudantes, e a pressão deles acabou funcionando. Infelizmente, muitas vezes os idosos não têm voz! Por isso, voto com V. Exa. pela manutenção dos direitos colocados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLE nº 017/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Os vereadores estão cansados, e aí os ânimos ficam exaltados. Quero dizer que é um direito adquirido, quero dizer que estão tirando algo de alguém e quero dizer que isso deixa as pessoas meio indignadas, meio revoltadas, até porque a política é muito dinâmica. Hoje eu digo que alguém é gordo, e a pessoa não faz a bariátrica. Aí, daqui a pouco a pessoa ficou magra nos meus olhos. Eu digo que a pessoa não presta, eu digo que a pessoa vai destruir a cidade, daqui a pouco a pessoa ficou boa, vai fazer o melhor para a cidade. A política é muito dinâmica, dinâmica demais, e isso leva os ânimos a ficarem exaltados. Agora, algumas pessoas defendem bandeiras, causas. Não queiram que as pessoas abram mão disso. Fui líder deste governo por oito meses e larguei este governo por causa das isenções. Porque não é justo isso! Tem muita coisa para o governo fazer antes de onerar a pessoa pobre da Cidade de Porto Alegre. Alguém falou aqui dos carteiros. Por que não briga com quem tem força? Vai brigar com os Correios, vai cobrar passagem dos carteiros. Alguém falou aqui dos oficiais de justiça. Por que não briga com quem tem força? Vai cobrar do Judiciário a passagem. Por que não tem força de cobrar da ATP, os seus funcionários que andam de graça para cima e para baixo em Porto Alegre? Por que não botou critério? Por que tirar, simplesmente tirar? Eu não tinha divergência política com o prefeito em vários projetos, a minha divergência com o prefeito é nesses projetos, específica: querer tirar o direito de pessoas com deficiência, querer tirar o direito de pessoas que têm doenças, que vão morrer com elas e que precisam ir no médico. Quem teve um AVC, Ver. Felipe Camozzato, ficou todo torto e não consegue caminhar, tem direito à isenção na passagem sim, e o governo queria tirar. Quem tem Aids e tem que fazer uma bateria de exames, tem que ser internado urgente num hospital e mora lá na periferia, lá no Lami, lá na Zona Norte, tem direito à isenção, e o governo queria tirar. Quem tem que fazer hemodiálise e não consegue usar as Kombis do governo, que são poucas e que levam para fazer hemodiálise, precisam da isenção da passagem, e o governo queria tirar. Os estudantes pobres – os que têm dinheiro se juntam e pegam um aplicativo – precisam da isenção. A segunda passagem, aí aqui se preocuparam com o emprego; a segunda passagem desempregou muita gente quando os 50% dela foram tirados. E nada baixou, nada baixou! Eu quero ver os vereadores, em fevereiro, subirem nesta tribuna quando a passagem aumentar de novo. Ano passado, o aumento dos rodoviários foi de 1,8%, e a passagem subiu 6%! Eu falei na cara do prefeito Marchezan: “Esses que estão lhe pedindo são os mesmos que vão lhe apunhalar!” Os mesmos que estão pedindo hoje para tirar a isenção do idoso são os que, em fevereiro, irão apunhalar. Vão achar lá que subiu a mangueira do freio do ônibus, que subiu a recapagem do pneu, que subiu a rolimã, que subiu e subiu, que diminui e diminuiu o número de passageiros. Vai diminuir sempre. É uma frota que não tem ar condicionado, uma frota que é pinga-pinga, uma frota que é puxa-puxa, que fica esticando, esticando, esticando, esticando e não dá condições dignas. Uma frota que a pessoa leva duas horas para chegar no seu local de trabalho, uma frota que só se preocupa com lucro, lucro,

lucro, lucro, lucro e que não se preocupa em dar condições dignas para uma pessoa. E que faz com que vereadores, que convivem pacificamente aqui, discutam até a questão de religiosidade, discutam até a questão de credo, discutam até a questão de como pegaram e como não pegaram o voto. Isso é o que eles conseguem, no momento em que nós estamos discutindo sobre isenção para pessoas entre 60 e 64 anos, que moram na periferia desta Cidade, que estão andando de ônibus porque necessitam, em ônibus cheio, lotado. Coloquem regras nessa isenção, agora, não tirem o direito das pessoas, e se eu saí da liderança do governo nesta Casa por causa desses projetos, não queiram que eu vote a favor deste projeto. Estamos dando provas de que esta Casa quer ajudar o governo, votamos vários projetos que ajudam a cidade de Porto Alegre, agora, ir contra o povo de Porto Alegre não é o papel desta Casa e não foi para isso que fomos eleitos. Não foi para isso que os comerciantes, os vigilantes, os rodoviários, que o sistema S, que os funcionários das creches, que as pessoas que moram em vilas me elegeram, para tirar o direito dos seus avós, das suas mães, dos seus pais. Não contem com o meu voto, talvez contem com a minha abstenção, o meu silêncio. Isso me levou a romper com o prefeito e a entrar com ações, que estão até hoje na justiça. Não vou rasgar a minha história, não vou rasgar os meus princípios de onde eu vim, não vou trair as pessoas que me permitiram chegar até aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 017/17.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica; vereadoras e vereadores; público que assiste a TVCâmara. Nós passamos hoje, o dia todo, em debate, e eu lamento muito que sempre que o governo faz um esforço pesado em termos de trabalho legislativo, seja para o corte de direitos. Nunca é um esforço para garantir a melhoria da Cidade, é sempre para cortar direitos e os direitos dos mais fracos. Eu disse no meu pronunciamento que o governo tratou de emplacar um projeto que ataca os direitos dos cobradores; felizmente, os rodoviários se mobilizaram e foi derrotada essa tentativa, de final de ano, do governo Marchezan, com apoio da sua base parlamentar. Era uma tentativa de demitir uma parte da categoria dos cobradores. O governo Marchezan também tentou atacar os direitos estudantis, pois os estudantes deram a resposta, lotaram estas galerias e, felizmente, dobraram a maioria da Câmara, e essa tentativa foi derrotada. E tudo isso foi esta semana. Agora, no último dia, o governo trata de cortar os direitos daqueles que têm entre 60 e 64 anos. Infelizmente, essa faixa etária não se mobilizou, por uma série de razões: é mais difícil a organização das pessoas com mais de 60 anos, até porque o governo Marchezan tampouco fez um anúncio público de que, no último dia do funcionamento aqui desta Câmara, um dos seus grandes objetivos seria cortar direito dos idosos pobres. É disso do que nós estamos falando.

O líder do governo, Mauro Pinheiro, fez uma emenda que, na verdade, não tinha nenhum conteúdo real, era só uma emenda para tentar enganar alguém de que o governo tem capacidade de diálogo. A emenda do Mauro Pinheiro, em nenhum momento ele mesmo a levou a sério, porque ele sabe muito bem que, juridicamente, do ponto de vista constitucional não haveria base nenhuma para conseguir tirar os direitos já adquiridos. Mas o plano do governo é de fazer esse ataque de impedir que nós tenhamos uma conquista na cidade de Porto Alegre, que é a isenção da passagem para quem tem entre 60 e 64 anos, e é lógico que essa isenção é para as pessoas pobres, porque as pessoas que não são pobres não andam de ônibus. Quem não é pobre não anda de ônibus! Só pobre anda de ônibus em Porto Alegre, um transporte ruim, um transporte lotado e, infelizmente, cada vez mais caro, que faz com que uma parte grande da população não consiga nem andar mais de ônibus. E é isso o que vai ocorrer, se esse projeto passar, com as pessoas que têm entre 60 e 64 anos, nem o direito ao transporte público as pessoas vão ter. Esse é o presente de Natal do governo Marchezan.

Eu considero que aqueles vereadores que sobem na tribuna para repudiar essa política estão fazendo o que é justo, por isso eu reivindico muito a fala do Janta, reivindico muito a fala do João Bosco, do Cassiá, dos dois vereadores da bancada do PRB, porque é preciso se insurgir contra esse tipo de injustiça. Eu nunca vi o governo nunca, nunca, em nenhum momento – são dois anos que eu estou aqui como vereador –, se preocupar em controlar, publicamente, os empresários. O transporte de passageiros, o transporte de ônibus – é uma concessão pública; tem a participação da iniciativa privada, mas é uma concessão pública! Quando o Marchezan começou a governar, eu me lembro que o prefeito dizia que atuaria sobre os recursos que a ATP recebe de todos o sistema, inclusive da Carris, pois é a ATP que centraliza os recursos do Tri, o prefeito Marchezan dizia que centralizaria esses recursos, que continuam sendo uma caixa-preta nas mãos dos empresários privados, um recurso que é remunerado no sistema financeiro! Esse recurso não tem controle público. Então, a preocupação do governo tem que ser – infelizmente não é, mas deveria ser – controlar para saber se de fato a composição do preço da passagem corresponde ao custo, porque a nossa contestação, em geral, é de que não ocorre isso. E, se em alguns momentos da história recente, conseguimos, inclusive, baixar o preço da passagem, isso foi a partir de ações judiciais, fundamentadas justamente em processos equivocados de aumento de preço, de composição do preço. Então, o governo municipal, infelizmente, em vez de controlar os grandes empresários, trata de, sempre, invariavelmente, atacar os pequenos os fracos e os pobres. Por isso que temos que rejeitar essa proposta e impedir que o governo dê esse tipo de votação de final de ano, na calada da noite, sem que a população sequer conheça os projetos em discussão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, a Emenda nº 01 ao PLE nº 017/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02 ao PLE nº 017/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 017/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à discussão, em 1ª sessão, do PR nº 014/18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego Ofício do Sr. Prefeito Municipal, solicitando a retirada de tramitação e consequente arquivamento do PELO nº 001/18.

Aprego Ofício nº 1158/GP, do Sr. Prefeito Municipal, solicitando a retirada de tramitação e consequente arquivamento do PLE nº 034/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 097/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Aprego Emenda nº 02, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCL nº 015/18.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 015/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCL nº 015/18.

Aprego a Emenda nº 18, de autoria da bancada do PT, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 18 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego e defiro Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 18 ao PLE nº 007/18.

Aprego a Emenda nº 16, de autoria Felipe Camozzato, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 16 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 16 ao PLE nº 007/18.

Apregoo a Emenda nº 17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 17 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 17 ao PLE nº 007/18.

Apregoo o Ofício nº 1159/GP, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o Veto Total do PLL nº 129/17.

Apregoo o Ofício nº 1160/GP, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o Veto Total do PLL nº 047/17.

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0708/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera o art. 49 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo que o processo será distribuído à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer e, após, será distribuído, conjuntamente, para todas as Comissões Permanentes relacionadas à matéria, que farão a análise simultânea do processo, cumprindo os respectivos prazos processuais.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão, em 1ª sessão, o PR nº 014/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Está encerrada a discussão, em 1ª sessão, do PR nº 014/18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 20h51min: Encerrada a Ordem do Dia.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidenta Mônica, eu fico feliz que a minha última fala tenha uma mulher liderando esta Câmara e que, no ano que vêm, será a uma mulher a Presidenta, permita-me dizer assim, desta Casa. Com todas as nossas diferenças ideológicas, esse foi um dos sonhos que eu pude realizar neste período, ser Presidenta desta Câmara, uma honraria que este parlamento me deu. Eu começo agradecendo a isso, vereadores e vereadoras. Ser Presidenta do Legislativo Municipal, pela minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, é, de fato, estar na ponta, na representação maior da cidadania. E esses 18 anos de Câmara, com um intervalo de 1,3 anos, foi quando tive, na presidência, a percepção mais forte da importância, da relevância, do cuidado e do respeito que precisamos ter com a delegação que a cidadania nos dá ao nos eleger. O meu jeito de ser vereadora, meu jeito de ser legisladora, vocês sabem, muitas vezes, teimoso, insistente, falador, presente, incomodando, é um jeito que responde à gravidade que eu entendo que tem representar a cidadania – a gravidade, a importância e o privilégio. Cada vez que a população vota, ela sonha; cada vez que ela vota numa eleição, ela põe desejos de mudança, de vida, da sociedade, ela quer viver mais em paz, ela quer ver empregos, ela quer ter segurança. E cada vez que nós votamos em nome dessa população, nós temos dilemas. Nós acabamos de viver vários dilemas aqui. Nossa bancada reuniu várias vezes: “Como votamos?”, “Como votaremos?”. Não é fácil porque se fazem escolhas. Fazem-se escolhas em nome da cidadania, escolhas diante da disputa de projetos e de visões de mundo. Eu dizia para o Ver. Dr. Thiago que cada um que votou nessa última e controversa votação – uns contra, outros a favor, outros não votaram e se abstiveram – tem razões que temos que respeitar. E só a democracia permite que a gente coloque em debate e que a gente tenha a forma de decidir, que é uma forma que supera a antiga forma do tudo ou nada, da morte e da vida, do mais forte. A democracia é a arena do debate, do voto, da representação, e a devolução à sociedade, e, depois, a crítica que vai vir da sociedade ou o aplauso – a gente sabe que isso aprimora a democracia, e só pela democracia a gente constrói diferença na vida, mudança. Então, eu quero dizer que para mim foram anos maravilhosos: 18 anos de crescimento, de aprendizado.

Saí de Veranópolis e vim para a cidade grande em 1982. Faço uma analogia: sair de uma cidade pequena, Cecchim – queria ver se a Presidente Mônica permitisse os apartes -, e vir para a cidade grande; neste momento eu mudo de Casa, de novo eu saio da cidade pequena – que é a Capital -, e vou para a cidade grande – que é o Estado.

Eu vim de Veranópolis carregada dos valores da nossa terra, que eram valores de trabalho e de religião, os valores maternos e o valor da educação. Minha mãe era professora e disse: “Vai ser professora, minha filha!” Por isso sou teimosa na educação, me dedico muito à educação, à dignidade, à valorização dos professores. E agora eu saio da Câmara carregada do debate que nós fizemos nesta cidade de Porto Alegre. A força e os dilemas da Capital vão comigo; cada um de vocês vai comigo, na forma como olham para a Capital, olham para o problema da terra, do ônibus, da

moradia, da violência. Nádia, nós temos tantas diferenças, mas tu olhas de um jeito, eu olho de outro. A nossa bancada tem diferenças de olhar, que nos fazem mais ricos, com mais capacidade de pensar o novo, e quiçá ajudar para encontrar saídas novas para situações que a gente vive. Eu quero dizer que levo esta Casa comigo – foram 18 anos da minha vida, comecei aqui com 37 anos e estou saindo com 55. Tenho nesta Casa, nos funcionários, em todas as funcionárias, gurias, todas as funcionárias, o valor do trabalho de vocês para a democracia de Porto Alegre é extraordinário, o povo da TVCâmara, os seguranças, as terceirizadas da limpeza, as gurias do café, a DL e toda a sua equipe, as comissões, todo esse povo maravilhoso que segura um parlamento. Ver. Dr. Thiago, tu que estás saindo junto comigo, sabes, nós aprendemos a respeitar, nós construímos o respeito, o diálogo, a defesa das carreiras públicas; carrego esta Casa comigo, o valor das políticas públicas e das carreiras públicas. Sofri, muitas vezes, com vocês e com o funcionalismo municipal, aprendi muito nas lutas que tivemos aqui, nas resistências, nas situações limites, nos despejos e nas situações limites aqui na Casa; sou outra pessoa por causa da Câmara Municipal e por causa da Capital dos gaúchos e das gaúchas.

Vocês me permitem apenas agora dizer à minha bancada, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, o Partido dos Trabalhadores traz muitos desafios, nós fomos muito vaiados ontem, nós temos os nossos defeitos, nós temos os nossos limites, mas nós construímos uma ferramenta que me construiu e da qual me orgulho de pertencer, discutindo, criticando, tornando tensa a relação e ao mesmo tempo dizendo que a gente ainda faz muita diferença, que precisamos estar à altura da expectativa que os trabalhadores colocam nos partidos políticos. Eu quero agradecer a vocês, especialmente. Nós somos muito diferentes; ser líder em alguns momentos, ser liderada por vocês, nossas tensões, Oliboni, meu líder neste ano, quero agradecer. Quero agradecer à nossa assessoria toda. A gente aprendeu a andar juntos e juntas, a gente aprendeu a enfrentar as contradições, vivemos momentos muito difíceis – contem comigo. Contem comigo. Estou encerrando, Ver. Janta! Muito obrigada, partido dos trabalhadores e das trabalhadoras, meu partido querido, e abro para os demais partidos. Quem aqui tem identidade partidária, quero dizer para vocês que acredito na organização, sem partido a gente não organiza o pensamento e não faz a sociedade fazer suas escolhas, que é onde a gente quer chegar.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito bem, vereadora. Conheço bem suas origens, tivemos grandes embates, mas eu nunca perdi o respeito pelas origens, pela minha quase conterrânea, como eu chamo. Quero lhe dizer que tudo que debatemos aqui foi de frente e que V. Exa. vai fazer muita falta. Disseste muito bem: a democracia é quem tem lado, e isso precisa ser respeitado. Eu respeito quem tem lado, desejo que tenha uma grande passagem pela Assembleia Legislativa do Estado e que lá defenda suas ideias, porque isso é importante: defender com convicção. Tenho certeza de que o pessoal de Veranópolis votou na senhora e, quem não votou, vai lhe acompanhar de perto e vai torcer pelo seu sucesso. Felicidades.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver. Cecchim; teu jeito forte de ser, Cecchim, me fez crescer, tenho certeza, e te agradeço.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimada amiga Sofia, falaste bastante nos 18 anos, em primeiro lugar, quero dizer que para mim, foi importante ter te conhecido nesses 18 anos, e também bem antes, não é, Sofia? Já fizemos parte de governos anteriores, já estivemos juntos. Eu quero te desejar êxito na tua jornada, sei que a Câmara perde, mas o Estado ganha, porque nós precisamos de pontos divergentes, e as divergências maiores são importantes, porque a pequena divergência se consolida com facilidade, mas dos extremos de posições é que se chega a um denominador comum que atende à sociedade toda. Portanto, nós, aqui na Câmara, podes ter certeza, estaremos nessa grande luta, conta conosco, e tenho certeza de que lá na Assembleia teremos uma grande representante da sociedade gaúcha. Como tu, minha mãe também é professora, nós temos a origem como professores e isso faz bem para a alma! Aquele abraço e sucesso para ti. Obrigado.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Muito obrigada, Airto.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Querida Sofia, temos 36 lugares nesta Câmara e somos tão poucas, somos quatro mulheres – eu, tu, a Mônica e a Fernanda – guerreiras, fortes, com temperamentos diversos e ideologias diversas; mas aqui nesta Câmara eu vi que, quando a pauta era mulher, que quando a pauta era violência contra os nossos filhos, quando a pauta era o fortalecimento das mulheres, nós largávamos as ideologias, as bandeiras, nos uníamos e dizíamos: “Sim, as mulheres têm condições de serem iguais e devem ter os mesmos direitos”. Eu desejo a ti, na Assembleia Legislativa, toda a sorte, toda a força que tu tens, todo o comprometimento, que continues assim. Tu tens aqui na Câmara, por certo, uma amiga. Nós sabemos, discutimos na tribuna, mas, aqui embaixo, as coisas são bem diferentes, nos respeitamos enquanto políticas e mulheres. Muito obrigada pela tua convivência, muito sucesso. Um beijo.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Nádia, muito obrigada.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Vamos lá para a Assembleia, agora, defender o povo do Rio Grande do Sul, o povo da tua Serra, mas também continuar defendendo o nosso povo de Porto Alegre. Tens feito um papel importante nesta Casa, aguentando os nossos embates, os nossos combates, mas com as posições firmes e sólidas na defesa dos trabalhadores, das suas famílias, na defesa da nossa Cidade. Há coisas que a gente nunca esquece: eu estou aqui há cinco ou seis anos e me lembro quando, logo no início, quando tu querias te pendurar nas árvores do Gasômetro, e eu dizia: “Não faz isso, Vereadora!”. Muitos debates a gente teve nesta Casa, inclusive, na época da Presidente Dilma e do Presidente Lula, quando tu defendias o

governo e eu dizia que o governo não havia encaminhado nenhuma política dos trabalhadores, mas sempre com respeito, sempre com firmeza no que achamos que é bom para a Cidade, para os trabalhadores e suas famílias. Só vou te dizer uma coisa: falando com o Ricardo Gomes, o PT já tinha perdido três minutos na Assembleia – o Ricardo foi assessor lá. Então cuida o tempo quando tu estiveres na tribuna para não prejudicar a tua bancada. Boa sorte, que Deus te ilumine, nós vamos estar aqui contando contigo para a cidade de Porto Alegre. Meus parabéns, Sofia!

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Janta. Obrigada por esse tempo de grande convivência.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sofia, queria dizer que foi um prazer ter convivido contigo durante esse tempo aqui na Câmara – aprendi muito contigo, tanto na CECE quanto no plenário, sempre muito combativa, lutando pelos teus interesses, por aquilo em que tu acreditas, mas sempre com muito respeito e muita admiração. Então, eu queria te desejar sucesso, tenho certeza que tu farás um trabalho brilhante, serás uma grande representante, não só do Rio Grande do Sul, como de Porto Alegre, na Assembleia Legislativa. Então, o meu carinho, a minha amizade, o meu voto de sucesso e felicidade para ti.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Mendes, igualmente.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver.^a Sofia, com quem convivi não só aqui no plenário, mas na também na CECE, discordamos, na maioria das vezes, em ideias e em métodos, mas eu quero dizer que nunca houve surpresa entre nós, sempre o que foi dito e feito no plenário era o que se esperava, sempre discutimos e debatemos frente a frente. Eu quero dizer que respeito muito isso na senhora, que é uma boa representante das ideias e das pessoas que acreditaram na senhora, e assim será também na Assembleia. Eu quero apenas reiterar o que disse o Ver. Janta – eu fui servidor na Assembleia – e deixar uma sugestão: a cada minuto que se excede o tempo lá, se perde um tempo de liderança para as sessões seguintes.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não vai ser fácil.

VEREADORA RICARDO GOMES (PP): Em respeito à sua Bancada, eu recomendo que lá a senhora, que aqui sempre nos brindou com minutos extras, fique nos cinco minutos que lhe toca. Parabéns, eu sei que é uma eleição árdua, eu a disputei e não tive sucesso, e sei também que a senhora, no momento mais difícil do seu partido, nunca perdeu o brio para defendê-lo. Então, parabéns e sorte na Assembleia.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ricardo, pelo alto nível do debate.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre colega Ver.^a Sofia, que agora, eleita deputada estadual, eu creio que os nossos vereadores também vão se pronunciar, mas com certeza, temos uma enorme gratidão pelo teu trabalho desenvolvido aqui na Casa, não foi por acaso que tu te elegeste deputada estadual. Isso é prova de um trabalho que deu certo. Nós, enquanto vereadores, vamos procurar suprir parte dessa lacuna de militância e de atenção aos porto-alegrenses. Sabemos da missão que tu terás na Assembleia Legislativa. Já passamos por lá e sabemos que é algo novo, diferente daqui. A área de extensão é muito diferente da vida real que nós temos no dia a dia aqui, onde o nosso deslocamento é muito fácil, rápido – na Assembleia é um pouco diferente. Votam apenas na terça-feira, os demais dias é corrido, é militância. Obviamente que sabemos do teu pique, da tua qualificação, da tua luta, e isso nos engrandece.

O Partido dos Trabalhadores não perde um vereador, ganha uma deputada! Militante, assídua, por quem temos uma enorme gratidão pelo trabalho. Vamos ter aqui um grande batalhador também, que é o Ver. Eng^o Comasseto, estaremos juntos nessa caminhada, não só na defesa do servidor público, na defesa da Cidade, mas principalmente combatendo aquilo que nós não achamos justo – obviamente que é o grande cerne e centro da militância também em nível estadual. Acho que na política nós fizemos a justiça, e o povo depois retribui ou não com a votação. Então, felicidades, sucesso na vida – essa parceria continua com certeza pelo Estado e por Porto Alegre. Obrigado.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, querido amigo.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Colega, Ver.^a Sofia Cavedon, futura deputada estadual, gostaria de te parabenizar pela vitória no pleito, mas também desejar um enorme sucesso. Isso vem de todo coração porque sei que tu defendes a nossa causa, a causa da educação com uma paixão sem tamanho. Sei de toda a tua dedicação e que o teu mandato vai representar a nossa categoria, tão sofrida e tão atacada ultimamente, de forma irredutível. Parabéns! Muito sucesso e que tu consigas nos representar, formar, disseminar as tuas ideias e a tua paixão em defesa da educação e da nossa categoria profissional, os professores; principalmente os professores das redes públicas do nosso Estado porque nós estamos precisando realmente desses bastiões de luta e defesa da nossa profissão, tão amada, tão necessária e fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado e das nossas crianças. Parabéns! Todo o sucesso para ti, e vamos acompanhar de perto no que precisar, estamos aqui apoiando, buscaremos também a Assembleia Legislativa em todas as lutas que forem necessárias. Grande abraço para ti, Sofia.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Prof. Alex. Para mim, foi uma grata alegria te conhecer, colega. Cuida bem da CECE, porque amo a CECE, 18 anos na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sofia, quero só te parabenizar. Acho que merecestes muito essa vitória, eu sei que trabalhaste bastante por ela, mas acho que foi um merecimento. Eu pude ver, nos dois anos como vereador, a tua dedicação, a tua seriedade, a tua capacidade de trabalho. Vai fazer falta na Câmara, vai fazer muita falta. Nós perdemos, nesta eleição, a Fernanda, que vai ser deputada federal, e tu que vais ser deputada estadual. Então, perdemos duas lideranças mulheres importantes na Câmara de Vereadores. Felizmente, são duas que não perdemos, ganhamos, mas a Câmara vai sentir falta. Eu sou testemunha disso porque, nesses dois anos, realmente vi que tu fizeste a diferença, e tenho muito convencimento de que boa parte dos teus votos foram votos de servidores públicos municipais, que viram a tua atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos servidores em especial. Eu não tenho dúvida de que, na Assembleia Legislativa, os servidores do Estado vão ter um ganho com a tua participação e com o teu mandato. Parabéns, boa sorte e conte conosco.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Robaina, foi um prazer enorme estar ao teu lado nessas lutas todas.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Ver.^a Sofia, desapega, desencarna, Sofia! Sobe a rampa e vai fazer essa tua luta lá, que não vai ser mole, vai ser difícil. Vou te dizer o que eu disse para a Fernanda ontem: tu gostas de falar 30 vezes por dia; lá tu vais falar uma vez a cada 6 meses. Sucesso para ti!

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Bosco! Vamos tocar essa parceria no esporte, lazer e recreação.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Sofia, agora já deputada diplomada; tive dez anos de convivência na bancada do PT, onde estivemos juntos, temos algumas divergências, mas a gente sempre soube separar. Muitas vezes, também comemoramos juntos e tivemos oportunidades de conversar fora da Câmara, como bons amigos. Tenho certeza de que as nossas divergências ficam de lado. Quero dizer que a senhora merece pelo seu trabalho. Quem a conhece sabe o quanto a senhora trabalhou, a nossa deputada Sofia Cavedon, o quanto lutou para chegar lá, a senhora merece todo reconhecimento, principalmente, do servidor público, do professor; a sua trajetória como professora adjunta da SMED, titular como secretária da Educação, depois vereadora. A senhora sempre trabalhou, sempre foi uma guerreira, lutadora pelos seus ideais. A gente sabe o quanto trabalhou e merece cada voto que recebeu. Tenho certeza de que, na Assembleia Legislativa, não vai ser diferente, porque a vereadora Sofia e a deputada, a cada minuto, ela está lá na comunidade, ela levanta cedo; como Presidente da Câmara andou por toda a Cidade, andou de ônibus, então, é uma grande guerreira, uma grande lutadora e merece chegar aonde chegou. Tenho certeza de que vai continuar a sua trajetória defendendo os seus ideais, sempre com muita clareza, muita

transparência. Eu lhe desejo a maior sorte do mundo. Tem sorte, porque trabalhas muito! Parabéns!

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada. Mauro, a gente se separou de partido e ideologia, mas mantivemos a boa relação, o que me orgulha muito, de amizade que construímos e respeito.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Minha companheira Sofia, nós viemos aqui há seis anos e, primeiro, queria acalmar os corações daqueles que estão se despedindo como se não estivéssemos na Capital do Estado, e que a Assembleia Legislativa não fosse na Capital, e que V. Exa. foi eleita com mais de 20 mil votos da Capital do Estado. E tendo apenas uma sessão por semana, acredito que V. Exa. estará muito na Cidade.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): E a sessão é nas terças-feiras, vou visitar muito vocês, aqui nas segundas e quartas.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Era justamente isso, Ver. Janta, que estou prevendo: que a Ver.^a Sofia estará circulando aqui, no plenário, nas segundas, quartas e quintas. Parece-me que é apenas uma mudança de lugar, mas V. Exa. continuará atuando de maneira intensa. Alguns falaram que a tua capacidade de trabalho, a tua dedicação 24 horas para as causas da Cidade, da cidadania, como aquela tua fala: “Abraço causas que abraçam pessoas”, não é um mero *slogan*, é realmente a tua visão e a tua forma de trabalhar. Acho que, realmente, a tua presença qualifica muito a nossa bancada como um todo. Então, sucesso, parabéns; acho que quem ganha é o Rio Grande do Sul, não é você; não vejo muito como mandato, como merecimento – é também isso -, mas é um reconhecimento do trabalho que tu fizeste nesses 18 anos e, provavelmente, antes dos 18 anos, tu já estavas trabalhando. Então, é muito mais do que isso, é a dedicação de uma vida.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Marcelo. Obrigada pelas parcerias.

VEREADOR ADELI SELL (PT): O nosso atual líder já falou, o líder de 2019 também, eu só tenho que dizer sucesso, Ver.^a Sofia, e já fiz uma provocação e uma exigência: uma linha direta com o teu gabinete, porque tem pautas aqui que necessitamos desse debate contínuo, continuado. Eu também fiz isso com a Fernanda – vou dizer isso para pessoal do PSOL, por quem tenho um carinho imenso, não só por ela, mas também pelos camaradas aqui. Sucesso.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Adeli. Muito obrigada a todos e todas. Levo a Câmara comigo, e que ela continue sendo a Casa do Povo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Gostaria de também me despedir e dizer que enquanto as pessoas falavam, eu ficava pensando que palavra resumiria melhor a Ver.^a Sofia, e me vinha à mente: “Trabalho, trabalho, trabalho”, porque é impressionante a tua força, a tua dedicação, o foco, a competência. Nesses anos todos em que nós convivemos juntos – e não são poucos, vêm desde a época em que eu trabalhei aqui como assessora – isso me chamava muito a atenção, bem como a forma respeitosa como nós sempre convivemos, porque, em que pese a gente ter muitas diferenças na forma de pensar, ideologias políticas, siglas partidárias, enfim, nós sempre tivemos, uma com a outra, mesmo nos grandes embates, muito respeito e admiração. E também quero dizer aqui, como mulher, que lhe conheço muito bem, e eu sei que nesse tempo todo, como vereadora, existiram muitos momentos difíceis na sua vida pessoal, e a sua força não deixou transparecer isso por um minuto, o que é extremamente admirável, porque jamais o trabalho parlamentar, legislativo, de comissão, como presidente ficou prejudicado – em primeiro lugar vinha sempre a sua missão, que foi muito bem cumprida.

Então, eu quero dizer aqui para o Ver. Adeli que, de maneira alguma, não precisa pedir essa linha direta; a Ver.^a Sofia será a própria linha, ela vai substituir o Ver. Dib, porque ela estará sempre ligada, quando não aqui no plenário, dando as suas opiniões e nos ajudando. Então, muito obrigada por esse tempo, que Deus ilumine a sua caminhada e a proteja sempre.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada. E que este púlpito aqui enxergue sempre as coisas maravilhosas que esta Casa pode fazer por Porto Alegre. Um grande abraço, queridos e queridas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Caros colegas vereadores, vereadoras, eu quero desejar à Ver.^a Sofia muita sorte nos seus pleitos, ao Ver. Maroni, ao Ver. Sabino, à Ver.^a Fernanda. Mesmo que nossas pautas muitas vezes não coincidam, aprendi a respeitar o posicionamento de cada um dos colegas e das colegas; quero também me desculpar pelas vezes em que eu talvez tenha sido muito sanguíneo, muito direto, muito emotivo. Ver. Bosco, quero dizer a Vossa Excelência, que é o primeiro nos apartes, que não vou fazer a mesma fala que fiz quando da minha posse como Presidente desta Casa – o senhor, o Ver. Janta e o Ver. Luciano Marcantônio me deram a honra e a oportunidade de ser Presidente desta Casa. Quero dizer que foram os dez últimos anos da minha vida – os dez últimos anos da minha vida -, de 2009 a 2018, em que eu tive as maiores emoções aqui nesta Casa, muitas delas aqui nesta tribuna. Meus três filhos nasceram nesse período, bem como – isso faz parte da vida – as perdas foram importantes, perdas de grandes colegas, como o Ver. Tarciso, como o Ver.

Bernardino, como a do meu pai, mas as alegrias também foram muito grandes nesse período; foram, às vezes, embates dos menores contra os maiores, contra os mais poderosos. E sempre fui norteado pelo interesse público, pelo interesse da população de Porto Alegre, pelo interesse dos melhores serviços para a Cidade, do interesse de uma cidade com melhor qualidade de vida para todos.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Ver. Dr. Thiago, quero agradecer pela amizade, que vai continuar e será fortalecida, pela parceria, pela troca de conhecimento, pelos ensinamentos, pelas nossas contradições. Quero dizer que tu tens um grande caráter, um grande coração, que terás muito sucesso, subirá a rampa com tranquilidade para dar continuidade a esse trabalho que tens realizado aqui. Um beijo no teu coração.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Dr. Thiago, quero te parabenizar. Eu te conheço nesses últimos dois anos, acompanhei o teu trabalho, vi a tua capacidade de trabalho. Tu fizeste um mandato de vereador nesses dois anos que eu pude acompanhar, que fez a diferença na Câmara. Sinceramente, tu sabes que essa é minha opinião, que muitos projetos que foram apresentados aqui, contrários aos interesses do serviço público, talvez tivessem o resultado melhor para o governo; tu sabes que esta é minha opinião: que é um governo que tem atacado muito o serviço público. Se não fosse a tua parceria, é possível que muitas desses projetos tivessem sido aprovados, e a cidade de Porto Alegre teria perdido. Eu vi que tu tiveste um peso muito grande nisso, uma capacidade de trabalho, de articulação, e eu te digo que espero muito que, na Assembleia Legislativa, essa defesa do serviço público acompanhe o teu mandato. Eu acho que os trabalhadores do Rio Grande do Sul ganharão se tu pautares o teu mandato pelas mesmas bandeiras em que tu pautaste nesses dois anos que eu pude acompanhar a tua trajetória de vereador. Eu pude aprender contigo, eu acho que, com as nossas diferenças, conseguimos ter uma relação de amizade, inclusive. Então, quero te parabenizar pela vitória, tu mereceste a conquista do mandato de deputado estadual. Parabéns, Thiago.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Gordinho, eu quero te dizer o seguinte: tu foste um grande amigo que eu fiz aqui, nesta Casa, juntamente com os outros dois que partiram, e outros que aqui ficam, tem o Bosco me aborrecendo do meu lado, e outras amizades que a gente vem construindo. Mas nós construímos uma amizade que se formou quando tu entraste na minha sala, lá na Força Sindical, dizendo para mim que tu querias ser o Presidente desta Casa. Eu quase mudei de ideia na tua posse, porque o discurso que tu fizeste... (Risos.) Eu ainda disse para o Bosco: “Dá para trocar de Presidente”, mas fez uma história homenageando o teu pai, homenageando o

trabalhismo que é uma bandeira, independentemente dos partidos em que estivermos, nós acreditamos que o homem cresce, desenvolve uma cidade, um país, um estado, em função do trabalho, em função do que as pessoas produzem e levam para sua família. E nós fizemos isso aqui nesta Casa nesse período em que aqui estivemos e convivemos, sempre procurando o melhor para a Cidade, sempre procurando o melhor para as pessoas, um aprendendo com o outro, aprendemos muito com o Ver. Bernardino, aprendemos muito com o Ver. Tarciso, mas nunca abrimos mão dos nossos ideais, dos nossos princípios – espero que leves isso para a Assembleia Legislativa, mesmo tu indo para o partido que as pessoas dizem que é de extrema direita, extrema não sei o quê, tu não abriste mão dos teus ideais, nunca abriste mão dos teus princípios que trouxeste de família: defesa dos trabalhadores, defesa do direito das pessoas. Que lá na assembleia tu sejas esse guerreiro, que lá tu defendas o direito do povo do Extremo-Sul, como continua sempre defendendo, e defenda o direito do povo desse Estado do Rio Grande do Sul de produzir, de levar o sustento para sua família e de ver esse Estado crescer. Boa sorte, meu amigo, que Deus te abençoe e te ilumine nessa nova empreitada; vamos estar aqui, com certeza, contando com a tua ajuda.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Ver. Dr. Thiago, falo aqui em nome da nossa bancada, dos vereadores Adeli, Oliboni, Sofia. Na verdade, o Ver. Robaina me roubou a fala um pouco, mas eu reforço porque no governo estadual, na Assembleia Legislativa, tudo indica que o serviço público continuará sendo atacado. A Ver.^a Sofia estará lá, então, vocês farão essa parceria com os demais deputados e deputadas, mas, com certeza, essa linha que adotamos aqui nos últimos anos, trabalhando em conjunto – quero repetir aqui a fala do Ver. Robaina -, talvez nós tivéssemos tido outro resultado em inúmeros projetos que conseguimos barrar, por conta da sua atuação e de outros vereadores que perceberam a fundamentalidade do serviço público para a cidade de Porto Alegre. Em nível estadual, não será diferente. Portanto, haverá muita luta, e tenho certeza de que, junto com a bancada em que o senhor estará, junto com a nossa bancada lá, em tantos temas, mas também neste tema, que é a defesa do serviço público. Então, parabéns, sucesso; deixo aberto aos companheiros.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu já disse para a Sofia: estou a 150 metros do gabinete de vocês, vou bater muitas vezes.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Muito obrigado.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Que bom que superamos as diferenças e barreiras, Thiago, aprendemos e nos conhecemos mais, ficamos felizes. Não estão superadas diferenças ideológicas, mas belas batalhas travamos juntos, aprendemos a te respeitar, és um gigante. Parabéns; estaremos juntos.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Dr. Thiago, para quem te conheceu aqui no primeiro mandato, médico, militante da área da saúde, e agora acabou galgando a deputado estadual, de fato, é um merecimento, um reconhecimento. Portanto, vida longa, terá um grande sucesso ainda pela frente. Lute pelo povo, porque precisamos estar ao lado dele. Um abraço.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado. Meu comandante, meu líder, a pessoa que, no momento político mais difícil que tive até os dias de hoje, me acolheu, me deu a guarida necessária para que eu pudesse ter liberdade nos meus posicionamentos políticos, nos meus posicionamentos enquanto vereador, independentemente de concordar ou não com V. Exa., que é um gigante, é um estadista, acabei de dizer aqui, porque conseguiu entender esse jovem como uma pessoa que podia realmente acrescentar na forma de entender a política. E quando me diziam que o senhor estava ultrapassado, que o senhor estava fazendo a coisa errada em me acolher no Democratas, V. Exa. disse: “Homem feio, sem coragem, não namora mulher bonita”. Muito obrigado, muito obrigado pelo entendimento, pela acolhida e, principalmente, pelo profundo respeito teve e sempre tem com os meus posicionamentos e as minhas bandeiras. Muito obrigado.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Não tem nada que agradecer; eu acho que este teu gesto aí carinhoso comigo é uma prova de que esse corpo grande guarda um enorme coração, capaz de, com muito amor, com muito carinho, superar uma pessoa que é dura no combate, muito coerente com as ideias que eu tive grande prazer em agasalhar na minha legenda. Quero lhe dizer que tu me propiciaste a oportunidade de eu fazer prova de que, primeiro, um verdadeiro democrata, liberal, tem que organizar um partido político onde as pessoas possam divergir, entre si, dentro de um determinado critério, dentro de um determinado posicionamento. Uma vez até recebi cumprimentos dizendo que eu tinha armado um jeito pelo qual tu eras da oposição, e eu era meio do governo, que era um jeito de ficar bem com os dois lados. Não é assim, as coisas conosco têm sido muito mais naturais do que parecem. Quero advertir esse pessoal do PT que é extremamente ardiloso, porque eles acham que podem te cooptar agora, mas chegaram tarde, agora não tem mais. Agora, o teu passe e o teu direito liberatório estão muito altos, não se resolve mais com Real, vai ter que ser com dólar, euro, uma moeda forte qualquer. Vai para a Assembleia, tenho certeza de que o partido vai ficar muito bem representado e mais do que o partido, a Restinga, o Lageado, o Belém, Lami, a Zona Sul. E os nossos companheiros de Porto Alegre vão ter, na Assembleia Legislativa, um porta-voz autêntico. Tu não sabes, mas tu és mais liberal do que eu, tão liberal que, às vezes, tu escondes algumas coisas numa carranca e num posicionamento mais duro e mais pesado. Hoje, quando tu falaste, tentando harmonizar um clima que estava pesado aqui na Casa, eu disse: Esse é o Thiago no qual eu apostei. E agora, lá na Assembleia, vai mais longe ainda, vai junto

com a Sofia e vários outros deputados que lá estão, vai renovar aqueles quadros e ajudar, quem sabe até esse governador que foi eleito a tentar tirar este Estado dessa situação horrível em que ele se encontra. Vamos todos acreditar que tu és capaz de ser um bom parceiro, apoiando o governo, e um honesto crítico, quando tu entendes que ele deve ser criticado. Continua sendo assim e honra o meu voto, honra o voto da minha família e honra o voto dos teus companheiros: democratas e liberais. Vai em frente “veio”, tu até melhoraste, já tem até um cabelinho todo novo. Para com isso, tu és o gordo que eu conheço, não tentes me enganar que não vais conseguir. Um beijo no coração, cara.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Dr. Thiago, meu Presidente na CCJ. Quero lhe dar os parabéns por essa eleição, por chegar à Assembleia Legislativa. Eu vou sempre lembrar das nossas reuniões na CCJ, onde aprendi muito, tivemos muitos diálogos, muitas discussões sobre pareceres, às vezes, complicados – foi um aprendizado. Sempre foste uma pessoa muito afável que, mesmo na discordância, soube tratar com carinho e respeito, senti-me sempre muito feliz em ser seu colega. Desejo sucesso na Assembleia, que se reencontre com os democratas, com o teu lado liberal, que te afastes do PT na Assembleia e que possas ajudar o Estado do Rio Grande do Sul que tanto precisa de alguém que enxergue a sociedade e as necessidades que temos de reformar o Estado sem perder o olhar para pessoas. E fizeste isso. Tenho certeza de que vamos nos encontrar ainda, talvez no Paço Municipal, talvez em outras andanças desta vida. Tenho certeza que ainda vamos nos cruzar muito; vou torcer muito pelo teu sucesso. Um grande abraço.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Dr. Thiago, parabéns pela conquista, tu mereceste bastante. Eu acredito que somente tu, dentro de um partido, o Democratas, poderias dividir algumas urnas com integrantes do PSOL, como nós sabemos, pois descobrimos ao longo da campanha. Não é algo comum, mas acredito que isso foi, em parte, por conta do teu trabalho, defendendo aqueles que carregam esta Cidade, este Estado e este País nas costas: os trabalhadores. Muitas vezes, tu brincaste que era a ala trabalhista dos Democratas. Eu espero, faço votos que tu continues a defender aqueles que merecem ser defendidos acima de quaisquer interesses, que são os trabalhadores do nosso Estado. Parabéns, muito sucesso para ti e muita felicidade nessa jornada.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Olha, Ver. Thiago, por mais que eu tentasse aqui expressar em palavras o que eu sinto, neste momento em que tu vais para a Assembleia, quando eu brincava, toda hora contigo, dizendo: Pensa bem, tu vais sair perdendo em algumas coisas, eu, realmente, acho que não conseguiria, porque eu

tenho um carinho muito grande, muito grande. Nós vivemos tempos difíceis aqui na Câmara quando houve a invasão, tu eras Presidente, em julho, e nós, juntos, fomos para debates nas rádios, na televisão, quando muitos queriam dizer que era uma ocupação, nós mostrávamos que era uma invasão. Por isso me sinto muito próxima da tua vida parlamentar, acompanhei o nascimento dos teus filhos, a torcida, a perda do teu pai, a perda do meu pai – tudo isso nos aproximou muito -, a tua mudança de partido. Eu ainda quero te ver secretário da Saúde – sei que é um grande sonho teu; tenho certeza de que tu serias um superssecretário, competente, dedicado, com pleno conhecimento. Eu tenho um sentimento de que tu vais estar no comando da Capital pela tua forma de agir, pela forma como tu encaras a política. Nós vivemos hoje tempos que exigem de um político que ele não seja só razão, que ele seja também coração; e tu tens isso, é uma característica forte tua. Eu também, em todos os momentos críticos da minha vida, em que precisei, tu estavas ali do meu lado, eu ligava, tu me ligavas, a gente mandava mensagem, tu vinhas na minha mesa e dizia: “Tu sabes, eu estou contigo!” Isso, por mais que eu tentasse exteriorizar em palavras o que significou para nós dois nessa caminhada, que por vezes não foi nada fácil, mas a gente seguiu em frente, conforme as nossas convicções. Eu quero te dizer que eu vou sentir muito a tua falta, mas quero que tu sejas feliz na Assembleia, e quero te dizer que, se, por um lado, tu vais perder algumas coisas, eu tenho certeza de que tu vais ganhar, porque vais te obrigar a ter uma função só. Eu sempre me preocupei muito com a correria da tua vida, tu estavas sempre esbaforido, tentando dar conta de um acúmulo de trabalho. Por esse lado eu vou ficar mais tranquila. Um grande beijo no teu coração, aos teus filhos, à tua esposa, a toda a tua família, aos teus tios que são meus amigos. Sempre que tu precisares, eu estarei aqui pronta para te ajudar. (Palmas.)

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado. Muito obrigado. Eu quero finalizar, Presidente, agradecendo muito ao conjunto dos servidores desta Casa, que possibilitaram que a gente pudesse ter bastante amplitude no trabalho que a gente desenvolve. Quero agradecer muito, muito, muito mesmo. Na verdade, eu costumo dizer para a turma que trabalha comigo, Sr. Rubem que eu vejo aqui agora, o Medina, os outros estão ali no gabinete até esta hora, o Gabriel, o Vilmar, a Luciana, Selbene, a Paulinha, enfim, todos, o Jorginho, não é Seu Rubem, porque eu sou só um reflexo da equipe que eu tenho, eu sou um produto da equipe que eu tenho; portanto, vocês são os legítimos mandatários também deste mandato. Quero agradecer, não podia deixar de agradecer, neste último pronunciamento, à minha família – alguns que sempre foram contra eu concorrer a cargo político, mas nem por isso, os meus tios, deixaram sempre de me ajudar. Quero dizer e agradecer muito ao meu pai e à minha mãe, ao meu avô e à minha avó, Sebastião Adroaldo Pereira, Maria de Lourdes Bandeira Pereira, Luiz Carlos Rodrigues Duarte, Magali Pereira Duarte, que se esforçaram e trabalharam muito, por três gerações, para poderem formar um médico. Eu sou fruto disso, eu sou um médico que está vereador. Eu tenho esperança no futuro de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do Brasil, da humanidade, que são meus três amados filhos: Maria, João Pedro e João Miguel, junto com uma palestina, uma descendente da palestina, que é a minha esposa

Magda Suleiman Shama, a quem eu rendo as mais profundas homenagens pela compreensão e ajuda, uma pessoa extremamente discreta, mas extremamente forte e que me dá força todo dia para seguir nessa caminhada. Quero, por fim, terminar agradecendo aos gaúchos, mas de forma muito, muito especial, à população de Porto Alegre, aos quase 19 mil porto-alegrenses, e principalmente aos moradores da zonal 161 de Porto Alegre: a Restinga e Extremo-Sul – Restinga, Belém Novo, Ponta Grossa, Lami, Lageado e uma parte de Viamão, que é Itapuã. Essas mais de 11 mil pessoas confiaram e continuam confiando e tendo a esperança de que nós podemos melhorar suas questões de vida, dentre elas, e principalmente, as questões de saúde, para que doenças curáveis não se tornem incuráveis, para que as pessoas possam ter uma saúde melhor, uma qualidade de vida melhor. Muito, muito, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, é a nossa última sessão do ano, a hora já é adiantada, eu só queria, em nome de todos os colegas que estão aqui e os que há pouco nos deixaram, deixar nos Anais da Casa, como a última fala deste ano, uma fala de pesar pelo passamento do nosso colega Tarciso, bem como o registro da saudade dos colegas e da cidade de Porto Alegre. Quero deixar como o último momento do nosso ano legislativo a lembrança e os parabéns pelo trabalho que o Ver. Tarciso deixou, pelo esporte, como jogador, e para a cidade de Porto Alegre, como vereador. Nosso pesar e nossa saudade. (Palmas.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Em nome da Comissão que o Ver. Tarciso presidiu nos últimos dois anos, quero agradecer essa manifestação de carinho que, em homenagem póstuma, vem sendo tributada a ele, extremamente merecedora, justificada; por isso, Ricardo, eu, que vou te acompanhar agora na Comissão de Constituição e Justiça, fiz questão de sair, porque me acostumei com Tarciso – dois anos foi meu Vice-Presidente, fui por dois anos Vice-Presidente dele. Acho que o que tínhamos para fazer lá já fizemos; vou voltar para a Comissão de Constituição e Justiça, onde eu fiquei muito tempo. Quero, Presidente, com toda a sinceridade, dizer que eu deixei de fazer na quarta-feira o que eu deveria ter feito de coração naquele dia. Eu, na terça, tive que sepultar uma pessoa que trabalhou comigo aqui na Câmara, cuja esposa trabalha comigo aqui na Câmara; e que, depois de uma doença muito rara, foi definhando e acabou sendo convocada para outro estágio. Essa pessoa conheceu o teu pai, o teu pai gostava muito dele, e eu gostava mais ainda. Era um cabra meio diferente, complicador, muitas vezes, mas tinha um bom coração; então, eu quero que conste nos Anais da Casa que, um dia, um vereador pediu, tardiamente, que fosse feita uma homenagem póstuma a Valter Passos, o Zezé, lá do bairro Jardim Botânico, a quem o teu pai conheceu muito bem, porque, por várias vezes, esteve aqui comigo, e o velho gostava muito dele. Então, quem sabe, ele se encontre lá com o Pedro Américo, vão fazer outras coisas quaisquer, como nós continuamos fazendo aqui em vida.

Presidente, boas festas, bom descanso, até a primeira quinta-feira do ano, quando estaremos aqui juntos, assumindo a responsabilidade. Eu vou ter muita honra de ser Vice-Presidente da Câmara de Vereadores com a filha do Pedro Américo Leal sendo presidente. Um beijo no coração.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Pujol. Desejo a todos um feliz Natal, uma entrada de ano com saúde, com paz, com alegrias. Convoco a todos para a próxima sessão, dia 3 de janeiro, às 15h. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 21h49min.)

* * * * *